

Universidade de São Paulo
Núcleo de Estudos da Violência
Instituto São Paulo Contra a Violência

Relatório Final – Sociedade Civil:

“O Policiamento que a Sociedade Deseja”

Coordenação: Nancy Cardia

Colaboração: Paulo Mesquita Neto

Equipe de pesquisadores: Adriana Loche
Caren Ruotti
Cristina Neme
Eduardo Brito
Helder Ferreira
João Luís de Souza
Renato Alves
Viviane Cubas

Apoio:
Secretaria Especial de Direitos Humanos
Ministério da Justiça

Dezembro de 2003

Relatório Final – Sociedade Civil

Helder Ferreira e Viviane Cubas

I - Introdução

O projeto “Policciamento que a sociedade deseja” tem como objetivo estimular um debate informado sobre modelos de policiamento tanto da perspectiva da população quanto das polícias civil e militar no Estado de São Paulo. Este debate, espera-se, poderá contribuir para que eventuais mudanças nos modelos de policiamento estejam mais próximas, tanto das expectativas da população, quanto dos policiais.

O projeto foi desenvolvido em duas fases. Na primeira fase foram realizados 15 grupos focais com membros da sociedade civil da cidade de São Paulo e 5 grupos focais com policiais que atuam neste município. Na segunda fase, houve 3 oficinas com os participantes da sociedade civil e uma oficina com os policiais.

Participaram dos grupos focais realizados com a sociedade civil representantes de associações comunitárias e/ou de bairros e de Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg¹) do município de São Paulo para identificar: 1) expectativas da sociedade em relação ao policiamento; 2) tentativas espontâneas de implantar novas formas de policiamento e inovações por parte da sociedade; 3) obstáculos à inovação no relacionamento polícia-sociedade. Todo este levantamento é necessário para se pensar em formas de aprimorar a comunicação existente entre as forças policiais e a sociedade.

A discussão nos grupos focais foi orientada por um roteiro que abrangeu os seguintes tópicos:

- 1º) A segurança no próprio bairro segundo a perspectiva de cada um dos participantes;
- 2º) A experiência que eles têm tido com a polícia em seus bairros;
- 3º) As experiências de trabalho conjunto – comunidade e polícia – buscando resolver problemas de segurança;
- 4º) A avaliação que fazem destas experiências;
- 5º) As expectativas de interação entre moradores e polícia e sobre os tipos de policiamento considerados ideais;
- 6º) A identificação dos obstáculos para atingir estas expectativas;

¹ O Decreto nº 23.455, de 10 de maio de 1985 (Gestão Montoro), dispôs sobre a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs): *"Artigo 1º- ... com o objetivo de colaborar no equacionamento e solução dos problemas relacionados com a segurança da população, Parágrafo Único - Constituirão base para a atuação dos aludidos Conselhos, no município da Capital, a área de cada Distrito Policial e Companhia de Policiamento e, nos demais, o respectivo território. Artigo 2º - ... serão integrados por autoridades policiais, designadas pelo Secretário de Segurança Pública, que os coordenarão e por representantes de associações, prefeituras municipais e outras entidades prestadoras de serviços relevantes à coletividade e sediadas na área da respectiva Unidade Policial"*. Imprensa Oficial, Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública.

7º) As propostas de curto, médio e longo prazo para a implantação de formas de policiamento ideais.

A seqüência deste roteiro foi, freqüentemente, superada pela dinâmica de funcionamento dos grupos focais. Foi comum nestes grupos que, ao se introduzir o tema “segurança nos bairros”, que vários participantes comesçassem a falar sobre problemas de insegurança que associam ao policiamento em geral – tal como a ausência de policiamento ostensivo e o domínio de bairros por narcotraficantes - relatassem casos conhecidos de extorsão de traficantes por policiais e/ou abordagens violentas realizadas pela polícia, ou ainda que já emergissem propostas para a melhoria do policiamento: aproximação entre polícia e comunidade, aumento de salário de policiais, fortalecimento da Corregedoria, investimento do Estado em projetos para crianças e adolescentes, entre outras. O fato de anteciparem temas, que deveriam ser abordados ao longo da discussão, revela que: o tema de segurança pública tem grande relevância no cotidiano destes participantes e que vários deles já vêm refletindo sobre os temas propostos. Suas manifestações não se reduziram a mera “opinião pública” e revelaram atitudes, valores e crenças consolidados no tempo como consequência de experiências concretas sobre o tema.

Foram realizados três grupos focais formados por moradores de cada uma das regiões da cidade - Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro –, com um total de 93 participantes. Os participantes eram membros de associações de moradores, associações comunitárias beneficentes e/ou Consegs, e funcionários de entidades de assistência a criança e adolescente. Buscou-se ainda formar grupos com participantes de diferentes classes econômico-sociais (alta, média e baixa). Abaixo, pode-se verificar as características dos participantes de cada região:

- **Zona Oeste:** os três grupos focais reuniram 11 homens e 11 mulheres. Estiveram presentes moradores de áreas de alta renda (Morumbi, Alto de Pinheiros e Cidade Jardim), de bairros de renda média da região do Butantã e Lapa, e de bairros de baixa renda pertencentes aos distritos municipais do Butantã, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Jaguaré, como o Jardim D’Abril e João XXIII.

- **Zona Norte:** participaram 9 homens e 12 mulheres. Entre os participantes há alguns moradores de bairros de renda média do Tremembé, como Jardim Fontalis e Jardim das Pedras. Os demais são moradores de bairros de baixa renda e de favelas dos distritos municipais de Perus, Casa Verde, Jaraguá, Vila Maria, Brasilândia, Pirituba, Tremembé e Vila Medeiros.

- **Zona Sul:** 8 homens e 9 mulheres participaram dos grupos focais. Os participantes eram moradores de bairros de renda média-alta e alta das regiões do Itaim Bibi, Vila Olímpia e Granja Viana, Campo Grande e Americanópolis. Houve também moradores de bairros de baixa renda e favelas do Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela, Campo Grande e Americanópolis.

- **Zona Leste:** foram ouvidos 6 homens e 11 mulheres. Os participantes são moradores de bairros de renda média e baixa dos distritos de Guaianazes, Itaquera, Mooca e Tatuapé, além de funcionários de entidades que trabalham com crianças e adolescentes da Zona Leste.

- **Centro:** participaram 8 homens e 7 mulheres. Os participantes são moradores de renda média-alta, média e popular dos distritos da Bela Vista, Consolação, Santa Cecília e Bom Retiro. Alguns participantes estão ligados a associações assistenciais, ONG's e ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. A maioria tem contatos com Consegs e comandos policiais locais.

Foram produzidos 5 textos analíticos a partir dos resultados dos 3 grupos focais de cada região da cidade. Destas análises extraiu-se uma síntese dos principais resultados das 5 regiões da cidade. Este texto foi enviado aos participantes dos 15 grupos focais originais que foram também convidados a participar de oficinas sobre os resultados obtidos². Estas oficinas tinham um duplo objetivo: prestar contas aos participantes dos resultados e discutir a adequação das análises. Em cada oficina estiveram presentes participantes de cada uma das cinco regiões da cidade.

Os debates nestas oficinas seguiram o seguinte roteiro:

- 1) Apresentação pela equipe NEV-USP do projeto, os resultados alcançados até então com os grupos focais e uma introdução aos temas a serem aprofundados naquela oficina;
- 2) Em seguida os participantes foram divididos em 4 grupos. A cada grupo coube a tarefa de discutir um dos 4 temas selecionados: Policiamento Comunitário, atendimento da polícia, relação entre polícia e sociedade e condições de trabalho da polícia. Foi eleito um relator por grupo que apresentou os resultados de seu grupo. Ao término de cada apresentação, os participantes puderam fazer comentários e perguntas.
- 3) Os participantes das oficinas puderam também opinar a respeito do sumário dos resultados coletados nas 5 regiões.

Os resultados

Os participantes revelaram muitos pontos em comum na percepção que tem do trabalho policial e das formas da polícia interagir com a população, a despeito das diferenças de classe social econômica, de escolaridade e de experiência de viver na cidade. Entretanto, há algumas diferenças quanto a certas ênfases, aspectos e prioridades. Estas diferenças parecem decorrer do tipo de atividade associativa/coletiva que os participantes desenvolvem em seu cotidiano ou de acordo com o tipo de atribuição de responsabilidade e de diagnóstico que fazem das causas da insegurança em seus bairros.

Membros ativos de Consegs, parentes de policiais e ex-policiais tenderam a ter uma percepção mais positiva da polícia, dando mais ênfase às dificuldades que os policiais enfrentam para realizar seu trabalho, realçando menos os problemas na atuação dos policiais. Já os

² Foi possível estabelecer contato com 63 participantes. Entre os motivos que não nos permitiram encontrar os demais participantes estão: mudança de número de telefone ou desativação da linha, mudança de emprego e avisos deixados que não foram retornados.

membros de associações e entidades que trabalham com crianças e adolescentes, em geral, salientaram a necessidade de priorizar ações junto a estes grupos, por exemplo, investindo em projetos com crianças e adolescentes (como forma de prevenir a violência) e destacaram a violência policial sofrida pelos jovens da periferia. Os moradores de favelas, por sua vez, descreveram um profundo abandono pelo poder público de suas regiões, detalhando o domínio que a criminalidade local (principalmente, as quadrilhas de tráfico de drogas) exerce sobre várias favelas e narraram vários casos de corrupção e violência policial. Esses mesmos moradores, apesar destes relatos, cobraram uma maior presença da polícia nestes locais, defendendo um modelo de policiamento em que os moradores possam conhecer e confiar nos policiais. Os moradores de bairros de baixa renda e de renda média baixa reclamaram da presença de usuários de drogas em locais públicos e da presença de traficantes nos arredores das escolas. Os moradores de bairros de renda média, em geral, enfatizaram o relato dos casos de furto, roubo de carros e seqüestros relâmpagos que os vitimaram e/ou a seus familiares, vizinhos e amigos. Eles também criticaram o desrespeito às leis de zoneamento, o qual permite, por exemplo, que bares funcionem em áreas residenciais e atraiam traficantes e consumidores de drogas para a região.

Sete temas nortearam a análise dos dados: a situação da segurança nos bairros, a atuação da polícia, vantagens da proximidade entre a polícia e a sociedade, parcerias entre a polícia e a comunidade, policiamento ideal, dificuldades para o policiamento ideal e propostas para o policiamento.

II – A situação nos bairros

Ao falarem sobre a segurança nos próprios bairros, os participantes dos grupos focais descreveram a situação nos bairros em que moram e trabalham, mas não deixaram de fazer referências a problemas de segurança que ocorrem em toda a cidade. Pode-se dizer que nenhum dos participantes afirmou estar plenamente seguro em seu bairro. Há várias fontes de insegurança. A percepção da ocorrência de muitos casos de delitos é uma delas. Outra é a de que a presença continuada – e não coibida pelas autoridades – de certos grupos no espaço público acaba gerando ainda mais insegurança. Estes grupos são camelôs, moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas, entre outros.

É importante realçar que em todos os grupos os participantes realizaram uma espécie de “diagnóstico da insegurança” de seus bairros, identificando os tipos de delitos, onde ocorrem, quem são os principais perpetradores. Ao fazer este “diagnóstico” também analisaram o comportamento dos policiais em relação a estas ocorrências.

As diversas questões discutidas sobre este tema podem ser reunidas em cinco áreas: criminalidade, conflitualidade local, vigilância privada, problemas urbanos e crianças e adolescentes.

II.1 – Criminalidade

Em grupos de todas as regiões da cidade surgiram menções, pelos participantes, da presença de roubos, furtos, tráfico e consumo de drogas e, em menor grau, o estupro. Já o homicídio e a extorsão mediante seqüestro foram crimes mencionados por participantes de apenas algumas regiões da cidade. O homicídio, em geral, apareceu associado a ação de traficantes e assaltantes, indicando maior preocupação em relação a ação destes atores, muito embora alguns participantes tenham lembrado de mortes ocorridas em brigas entre vizinhos. A preocupação com a extorsão mediante seqüestro foi maior entre membros das classes mais altas. O estupro foi um problema levantado por apenas alguns participantes, em geral, como exemplo de tipo de violência que ocorre em algumas localidades específicas.

II.1.1 - Furtos e roubos

Os crimes de furto e roubo foram relatados por quase todos os participante, o que varia são as modalidades destes roubos e furtos. Enquanto os moradores de bairros de alta renda estão preocupados com furtos e roubos a residência e assaltos em faróis, aqueles que moram em bairros de renda média ou de baixa renda temem roubos e furtos de automóveis, de estabelecimentos comerciais e de residenciais. Em alguns bairros os moradores tem até mesmo andar pela rua. É nas favelas que se encontram as situações de maior medo, apesar de que muitos reconhecem que os roubos e furtos atingem mais seus bairros vizinhos. O medo e o temor advém da convivência forçada com as quadrilhas de traficantes. Nestas favelas e arredores, roubos e furtos podem atingir também instalações de serviços públicos, como escolas e creches, transporte público e veículos de entrega de mercadorias. Segundo os participantes, um dos principais grupos responsabilizados por roubos e furtos são os usuários de drogas. Além disso, alguns participantes apontaram que a presença de jovens em liberdade assistida, no bairro ou nas escolas do bairro, tem provocado medo entre as pessoas. Isto pode sinalizar falta de informação, preconceito e, em geral, o baixo comprometimento destas organizações/associações com o atendimento a jovens nestas condições.

No Centro, alguns grupos foram considerados especialmente suspeitos de envolvimento com roubos e furtos. Estes grupos que estariam provocando insegurança tanto entre moradores, como pessoas que trabalham ou transitam na área: moradores de rua, crianças de rua, filhos de moradores de cortiço, usuários de drogas, camelôs, moradores de prédios invadidos e jovens egressos da Febem. Locais ocupados por moradores de rua e camelôs também têm causado certo receio em alguns participantes de diferentes áreas da cidade.

Nas Zonas Oeste e Sul de São Paulo, em bairros como Itaim, Butantã e Cidade Jardim, a presença de prostitutas em determinadas ruas e avenidas foi associada à venda de drogas e à ocorrência de furtos e roubos cometidos por usuários de drogas, entre outros problemas. Participantes da Zona Leste e do Bexiga reclamaram de arrombamentos e furtos de toca-fitas de automóveis. Já na Vila Madalena, Zona Oeste, e no Itaim Bibi, a presença de bares e o padrão de

vida noturna foram percebidos como fonte de muitos problemas para o bairro, como encorajando a presença de usuários de drogas e promovendo o furto e vandalismo contra automóveis.

II.1.2 - Consumo e tráfico de drogas

Os participantes dos grupos focais relataram uma série de problemas percebidos como decorrentes da forte presença do tráfico e uso de drogas na cidade. De forma geral, locais de moradia de trabalhadores de baixa renda, como as favelas, sofrem, segundo eles, com o resultado de ações de usuários de drogas e de traficantes. Já os bairros de classe média e alta enfrentam mais problemas com usuários de drogas, excetuando-se os bairros onde há presença de prostitutas e intensa presença de casas noturnas e bares.

Em bairros de renda média, em geral, a presença de traficantes não é tão visível: as drogas aparentemente não são transacionadas no espaço público. Os problemas parecem estar ligados a jovens usuários de drogas que ocupam locais ermos, praças e arredores de viadutos para utilizar drogas. Na percepção dos participantes destes bairros, estes jovens, sob efeito de drogas, entram em conflito entre si e furtam residências, causando apreensão nos moradores e afastando-os do uso de locais públicos. Alguns destes jovens cometem roubos para poderem comprar drogas e pagar dívidas com traficantes. Os participantes dos grupos não são unânimes sobre o que é possível ser feito com os jovens usuários de drogas em seus bairros. Para alguns o diálogo é um caminho possível, para outros isso não é viável. Alguns participantes, ligados a Consegs, afirmaram que se as pessoas conhecem estes jovens e dialogam com eles é possível reduzir o incômodo que provocam, como o de fazer algazarra até altas horas ou mesmo usar drogas em sedes de entidades sociais. Outros participantes, membros de entidades sociais, afirmaram que não é possível dialogar. Alguns deles afirmaram ter sofrido ameaças de usuários de drogas após ação policial contra estes, em função de denúncia anônima sobre o consumo de drogas em festas do bairro.

Os participantes destes bairros apresentaram diferentes situações que, segundo eles, estimulam a presença de traficantes e usuários de drogas no espaço público. No Belém, Zona Leste de São Paulo, a presença de uma unidade da Febem e de uma cadeia pública foi apontada como fatores de estímulo à presença de tráfico de drogas na região. Na Zona Sul, moradores afirmaram que em certos bairros, a presença de universidades e escolas reúne grande número de jovens, bem como atrai traficantes e usuários que se reuniriam nas proximidades dos bares e lanchonetes que se instalam nas imediações destas estabelecimentos. Por diferentes motivos, áreas de prostituição nas proximidades da Cidade Universitária, do *Jockey Club* e de casas noturnas do Itaim Bibi são percebidos como atraindo usuários de drogas e traficantes contribuindo para o crescimento da sensação de insegurança no bairro. Exemplificando esta situação, uma moradora da Cidade Jardim chegou a dizer que sofreu ameaças de traficantes quando tentou envolver o bairro numa discussão para retirar as prostitutas das ruas do bairro.

Em áreas do Centro da cidade, onde há forte concentração de pensões, cortiços, prédios invadidos e camelôs, os participantes relataram ter denunciado a ação de traficantes. A Rua do Glicério e arredores, por exemplo, parece ser um local com forte presença de traficantes - venda de drogas em porta das escolas; traficantes de drogas perseguindo e matando adolescentes que efetuam assaltos na região e atrapalham suas atividades; toque de recolher imposto por traficantes - e há a denúncia grave de que estas ações seriam acobertadas por policiais que, no limite, além de darem proteção aos traficantes, os estariam extorquindo.

Em diversas favelas de São Paulo, independente da região, e em certos bairros de baixa renda quadrilhas de traficantes atuam de modo mais aberto. Participantes de grupos focais da Zona Sul, Norte, Oeste e Leste apontaram diversos fatos que comprovam uma presença dominante de traficantes em bairros e favelas. Uma das maiores preocupações dos moradores destes locais é com a possibilidade de seus filhos e de adolescentes do bairro envolverem-se com o narcotráfico. A falta de programas de atendimento de crianças e jovens, a inexistência de postos de trabalho, de áreas de lazer, de creches, de programas de formação profissional, a falta de supervisão de adultos, a presença de traficantes no ambiente escolar, o envolvimento de amigos de seus filhos no narcotráfico e a desestruturação de determinadas famílias são fatores que geram insegurança os pais da região. O medo de denunciar a ação de traficantes junto às escolas leva algumas mães a buscarem a transferência de seus filhos para tentar evitar o risco de que eles passem a consumir e traficar drogas. O assédio dos traficantes, no entender dos participantes, é tal que em uma escola da Zona Leste, usuários de drogas chegaram a agredir policiais da ronda escolar.

Há determinados locais em que os traficantes são percebidos como controlando a vizinhança e surge uma situação com as seguintes características:

- a atuação dos traficantes - os traficantes possuem várias “bocas” no bairro (ou favela), com o objetivo de lucrar com o comércio ilegal de drogas. Estes traficantes aliciam crianças, adolescentes e jovens para o trabalho de venda de drogas e proteção das bocas. O uso da violência é intrínseca à atividade. Os conflitos internos das quadrilhas e as disputas com outras quadrilhas por domínio de “bocas” são resolvidos pelo poder das armas. A inadimplência dos usuários e a delação à polícia chegam a ser punidas com a morte. Algumas quadrilhas cobram ainda “pedágio” pela circulação dos transeuntes por determinadas ruas. Em alguns casos, os traficantes coíbem a existência de roubos e furtos no local, também para evitar que a polícia seja chamada. Alguns participantes mencionaram que algumas quadrilhas mandam recados aos moradores para retirar crianças da rua, em situação onde há risco de tiroteios³;

- a situação dos moradores – os moradores se revoltam com a ação das quadrilhas de traficantes sobre crianças e adolescentes (aliciamento e oferta de drogas). Segundo os participantes, os moradores vivem em “lei do silêncio”, temendo fazer qualquer denúncia em

³ Apesar da reprovação dos moradores aos traficantes, alguns participantes afirmaram que algumas quadrilhas doam cestas básicas para algumas famílias.

relação aos crimes cometidos. Os moradores evitam estabelecer contatos com policiais, como, por exemplo, participar em Consegs, devido ao medo de represálias. Mesmo líderes comunitários procuram conhecer os traficantes e ter algum contato com eles para evitar qualquer mal-entendido que possa acarretar uma represália. De tempos em tempos, ocorrem disputas entre quadrilhas pelo domínio das “bocas” da região. Se os combates ocorrem durante o dia, os moradores correm mais risco de serem atingidos e muitas famílias impedem suas crianças de estarem nas ruas⁴. Nota-se que a população se submete ao silêncio sobre os crimes e ao diálogo com os traficantes, como estratégia de sobrevivência;

- **as percepções sobre a polícia** – alguns participantes acreditam que os policiais tendem a evitar entrar nestes locais, porque eles não têm preparo para atuar. Outros participantes afirmaram que é recorrente policiais serem vistos em conversas suspeitas com traficantes. Alguns participantes, moradores destes locais, demonstraram estar descrentes quanto a qualquer possibilidade de romper com esta situação. Outros acreditam que a aproximação de policiais e comunidade e a realização de atividades envolvendo crianças e jovens podem coibir o narcotráfico.

II.2 Conflitos no bairro

A violência resultante de conflitos interpessoais entre vizinhos foi mencionada em grupos focais com moradores das Zonas Norte e Leste, demonstrando que esses problemas estão entre as preocupações quanto à segurança. No entanto, nada leva a crer que tais conflitos não ocorram nas outras Zonas da cidade.

Há vários tipos de conflitos no bairro que têm um desfecho violento: brigas entre jovens e briga de bar e na rua. Os participantes, em geral, não deram muitos detalhes sobre os motivos e nem explicaram como os conflitos resultam em violência. Uma das causas mencionadas é o uso de drogas e álcool. A atuação dos policiais sofre críticas, principalmente porque há casos em que os policiais, ao atender ao chamado, provocaram mais tensões e traumas.

II.3 Violência familiar

A violência entre familiares também não foi um tema muito abordado pelos participantes nas discussões sobre segurança. Alguns poucos deram destaque a esta questão. Estes destacaram a participação de familiares em casos de violência doméstica (cunhados, sogros, filhos, maridos e esposas). Houve relatos de esposas agredidas por maridos e de crianças que sofreram violências, praticadas por pais alcoolizados e padrastos.

A atuação de policias nestes casos foi, em geral, alvo de críticas porque a polícia, de modo geral, não deu atenção à este tipo de violência, ainda que esta tenha sido motivada pelo abuso do uso de drogas lícitas ou ilícitas por membros da família.

⁴ Policiais que moram nestes locais escondem sua profissão dos vizinhos, para garantir sua própria proteção.

II.4 – Segurança privada

A questão da segurança privada foi abordada por grupos focais de quase todas as regiões da cidade, com exceção da Zona Leste. Em geral, este assunto surgiu quando participantes de renda média falavam sobre a questão da segurança em seus próprios bairros. Pode-se dividir os comentários em três tópicos: segurança em áreas residenciais, segurança em áreas comerciais e suspeitas relacionadas ao trabalho de policiais para empresas de segurança privada.

Os participantes de bairros de renda mais alta apresentaram uma visão mais positiva em relação às empresas de segurança privada, mas ainda assim há forte ambivalência em relação a estes serviços. Apenas na Zona Norte um participante se mostrou satisfeito com os serviços prestados por vigilantes privados. Um dos participantes da Zona Oeste afirmou que moradores do seu bairro estudam a possibilidade de contratar uma empresa de segurança privada como resposta à sensação de insegurança no bairro. Segundo ele, esta insegurança surgiu em decorrência de vários casos recentes de homicídio, roubo e seqüestro. Esta contratação foi um recurso que provocou muitas ambigüidades, segundo vários participantes da Zona Oeste, os quais afirmaram que não se tem o controle sobre os funcionários destas empresas que prestam serviço e que o preço dos serviços é muito elevado. Outro ponto que ressaltaram é que já pagam pela segurança pública.

Moradores de bairros de renda média e popular criticaram ainda os serviços de vigilância prestados pelos “*guardinhas de rua*”/“*vigias de rua*” em seus bairros. Na opinião destes participantes, os “*guardinhas de rua*” não possuem treinamento, não estão capacitados para o trabalho, não têm autorização da polícia para atuar e, no limite, vários deles são suspeitos de ser cúmplices de furtos de carros e residências. Um morador da Zona Oeste afirmou ter receio de dispensar um “*guardinha*” e depois sofrer represálias. Estes participantes defendem que a polícia deveria realizar um trabalho de fiscalização e de triagem destes prestadores de serviço.

Houve também sérias denúncias e suspeitas tanto em relação ao trabalho de outros agentes de segurança privada, como também quanto ao papel que policiais desempenham na segurança privada. Um dos moradores do Centro afirmou que certos delegados e capitães não teriam interesse em prestar um bom serviço de segurança pública, por terem interesses no mercado de segurança privada. Já na Zona Norte, um participante relatou que é possível encontrar, entre agentes de segurança privada que atuam em uma mesma rua, policiais fazendo “*bico*” e até traficantes.

II.5 – Problemas urbanos

Participantes das diversas regiões da cidade relataram vários problemas que, segundo eles, atingem diretamente a qualidade de vida nos bairros e, em geral, produzem insegurança nos moradores, ao colaborarem na criação de oportunidades para a ocorrência de alguns delitos.

II.5.1 – Ilegalidade na ocupação urbana e grupos “suspeitos”

Uma grande preocupação dos participantes diz respeito à presença de grupos, junto a suas moradias, que provocam medo e insegurança. A presença destes grupos, geralmente, é atribuída a uma falta de fiscalização e políticas públicas. Estes grupos diferem de acordo com a região da cidade.

No Centro da cidade, grupos associados à percepção de degradação do ambiente urbano - moradores de rua, camelôs, encortiçados, “invasores de prédios” e “meninos de rua” - são vistos como responsáveis pela insegurança. Alguns participantes percebem estes grupos como responsáveis pela criminalidade na região. Já outros participantes consideram que estes grupos expressam o fracasso das políticas sociais e que seus membros são vulneráveis a ação de infratores.

Os camelôs, embora alguns entendam que esta atividade decorre das altas taxas de desemprego, foram apontados como responsáveis pela degradação do Centro. Isto porque, na visão de alguns participantes, a presença dos camelôs nas ruas afasta consumidores de classes mais altas do Centro da cidade (devido à sensação de insegurança que provoca), impede o exercício do direito de ir e vir das pessoas (ao ocupar passeios públicos, praças, ruas, calçadas). Como consequência da presença de um grande número de barracas, e dos obstáculos à circulação é facilitada a ação de criminosos, pois estes cometem furtos e roubos, e fogem por entre as barracas, podendo até mesmo contar com a cumplicidade de alguns destes ambulantes.

Outro grupo percebido como vítima dos problemas sociais e econômicos do país são os moradores de cortiços e dos prédios invadidos. Estes locais de moradia são também percebidos como associados à degradação do bairro, à violência e à promiscuidade. Alguns participantes afirmaram que, no bairro do Bexiga, o fato dos moradores serem provenientes de outras regiões do país e terem baixa escolaridade contribui para uma “alienação” deles em relação ao bairro, a qual se expressaria na ausência de colaboração com a preservação do bairro. Alguns participantes afirmaram também que cortiços e prédios invadidos são ambientes promíscuos, porque “pessoas honestas” (pais de famílias, crianças e idosos) têm que conviver com “bandidos” e prostitutas. O Estado é responsabilizado por não intervir nestes locais, seja com políticas sociais para atender esta população, seja por meio de fiscalização de moradias precárias e áreas invadidas, ou ainda, por meio de ação do policiamento para conter a ação dos criminosos que se aproveitam da falta de controle e ausência de autoridades para impor suas regras.

Os moradores de rua são percebidos por parte dos participantes, tanto como fonte de violência quanto como vítimas (de agressões, violência sexual e até homicídios). Embora haja entidades filantrópicas que desenvolvam trabalhos com moradores de rua, estas não conseguiriam atender toda a demanda. A presença de moradores, além de alimentar a insegurança - por estar associada à imagem da violência - aumentaria a degradação do espaço

público, uma vez que este é utilizado para atividades consideradas ilegais (prostituição, por exemplo) ou para sua sobrevivência (comer, dormir, lavar-se, necessidades fisiológicas etc)

As crianças, filhas de encortiçados, de *“invasores de prédios”* e de moradores de rua foram consideradas suspeitas e associadas à ação de *“trombadinhas”* por alguns participantes. Para estes, os adolescentes e as crianças, por estarem sob a proteção do ECA⁵, agiriam impunemente. Outros participantes reconhecem a falta de trabalho social com este grupo e se preocupam com as más influências que *“bandidos”* e prostitutas, presentes nestes locais irregulares, podem exercer sobre estas crianças.

Estas falas revelam um conflito existente entre duas imagens da cidade: uma legal, composta por cidadãos com moradia e inseridos no mercado de trabalho formal, e outra ilegal, formada pelas pessoas que habitam moradias precárias e irregulares, que atuam no comércio ambulante e ilegal, que ocupa os espaços coletivos da cidade (praças e ruas), e que atuam no mercado de trabalho informal.

Participantes das discussões, de classes de rendas média e alta, que moram nas demais regiões da cidade, apontaram outros grupos e situações que provocam sensação de insegurança nos bairros. Na Zona Leste, estes moradores reclamaram da presença de unidade da Febem e da cadeia pública. A presença destas instituições é considerada nociva à comunidade. No caso da Febem esta percepção decorre das fugas de adolescentes das unidades, à circulação nos bairros de jovens egressos da Febem e à presença de jovens em regime de liberdade assistida em escolas. Esta presença parece aumentar o medo dos moradores em relação a outras pessoas que circulam no espaço público, em particular pelos desconhecidos.

Participantes de classes de renda média das zonas Oeste, Norte, Leste e Sul apontaram problemas na aplicação e na fiscalização da Lei de zoneamento da cidade. As reclamações, em geral, referem-se à presença ilegal de bares, casas noturnas, escolas, universidades e até empresas em zonas estritamente residenciais (Z1⁶). Vários problemas são causados, segundo estes participantes, por este desrespeito às leis de zoneamento e pela falta de fiscalização por parte da prefeitura: o trânsito se torna muito intenso e pesado, o silêncio noturno é perdido e a circulação de pessoas e grupos é multiplicada, aumentando a insegurança. Universidades e escolas, quando se instalam no bairro atraem bares e grupos suspeitos como usuários de drogas, traficantes, guardadores de carro, assaltantes. Os bares foram criticados também por não terem

⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

⁶ “É uma Zona destinada exclusivamente a residências unifamiliares horizontais, sendo permitida a construção de apenas uma edificação por lote com área máxima construída igual à área do lote. Nela, os moradores não encontrarão junto às residências, o comércio ou serviços locais, tendo que se deslocar para o núcleo comercial do loteamento, ou para os bairros vizinhos, onde encontrarão essas atividades. Desse modo, o maior sossego, que é uma qualidade, traz o inconveniente do maior deslocamento, em geral feito por automóvel, para realização de compras ou acesso a serviços, mesmo os mais simples como são as padarias, farmácias, quitandas, barbeiros etc. . Essas Zonas correspondem em geral a bairros de alto padrão (por ex. Jardins), que foram os primeiros a serem regulamentados”. Ver site da prefeitura do Município de São Paulo: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/zoneamento/0002>

isolamento acústico e estacionamento próprio, funcionarem além do horário permitido, serem locais de briga e muito barulho, ocuparem calçadas com mesas, aumentarem o fluxo de carros e comprometerem o trânsito. Casas noturnas foram responsabilizadas por atrair prostitutas de rua e traficantes de drogas. Além disso, houve reclamações contra a falta de segurança representada por locais ermos (como um matagal nos arredores da Marginal Pinheiros) que são utilizados na realização de seqüestros-relâmpagos.

Além disso, a presença de favelas ou áreas de ocupações por sem-teto próximas aos bairros regulares tenderia a aumentar a sensação de insegurança entre os moradores. Embora alguns participantes tenham dito que favelas vizinhas aos seus bairros não causem problemas, outros acreditam que áreas ocupadas por invasões e favelas facilitam a ação de criminosos nos bairros, por não terem policiamento e por servir de trajeto de fuga e esconderijo.

Cabe notar que, em bairros de classes de renda baixa e favelas, a presença de traficantes e usuários de drogas e a falta de policiamento geram também sensação de insegurança, como já foi visto acima.

Outros problemas estão relacionados ao trânsito de veículos. Moradores de Alto de Pinheiros reclamaram da permissão de circulação de transporte coletivo (ônibus e peruas) dentro dos bairros residenciais, o que traz perturbações à tranqüilidade do bairro. Moradores da Cidade Jardim afirmaram que os túneis da região atraíram um fluxo intenso de pessoas que, combinado com a falta de policiamento e fiscalização nessa região, contribuíram para o aumento de assaltos e seqüestros.

II.5.2 - Carência social e insuficiência de políticas públicas

Ao falarem sobre a situação de segurança no bairro, os participantes não se prenderam apenas a problemas de criminalidade, de policiamento (como veremos a seguir) e de segurança privada. Outros problemas, como a questão do zoneamento e a falta de políticas de promoção social, também foram mencionados.

Participantes de todas as áreas da cidade e de todas as classes de renda falaram sobre os problemas sociais que estão associados à qualidade de vida de pessoas com os mais baixos níveis de renda. O desemprego, a falta de atividades para crianças e jovens e a falta de políticas sociais para moradores de rua, encortiçados e famílias carentes são citados por vários participantes. No entanto, os membros de associação de moradores de favelas e bairros de baixa renda e de entidades filantrópicas foram aqueles que mais se preocuparam em tratar destas questões.

Alguns moradores de favela reclamaram da ausência e da precariedade das condições de moradia, como a ausência de saneamento básico, pavimentação de ruas e iluminação pública. Os membros de associação de moradores e entidades filantrópicas reclamaram da ausência de recursos, de áreas de lazer e dos entraves burocráticos que dificultam, quando não impedem, a existência de trabalhos voluntários e/ou comunitários com moradores de rua, famílias carentes e

crianças e adolescentes de bairros de baixa renda e de favelas. Alguns destes participantes percebem que a desestruturação econômica de famílias carentes encoraja a violência doméstica, o que leva as crianças para a rua. Participantes também defenderam que a criação de empregos, a existência de espaços com projetos de educação, lazer, esporte, cultura e saúde, e a profissionalização de crianças e adolescentes, como política de prevenção do uso de droga, de violência e do envolvimento com delitos.

III – A atuação da polícia

O roteiro de discussão dos grupos focais previa que os participantes deveriam ser estimulados a debater a experiência que vêm tendo com policiais em seus bairros. Não houve necessidade de se estimular este tema, pois, nos 15 grupos focais realizados, o tema da atuação da polícia foi abordado, espontaneamente, por vários participantes ao falarem da situação de segurança em seus bairros. Os participantes avaliaram o trabalho das polícias a partir do que já viveram, viram ou ouviram de pessoas próximas, nem sempre identificando exatamente a instituição a qual se referiam⁷. Às vezes foi possível perceber que se tratava da Polícia Militar, da Polícia Civil, ou da Guarda Civil Metropolitana⁸. Com objetivo de apresentar os resultados, foram tratados isoladamente questões relativas a cada uma destas organizações (PM, PC ou GCM), e por fim, são apresentados os temas que se referem ao conjunto de corporações.

III.1 – Polícia Militar

Os relatos dos participantes sobre suas experiências com a Polícia Militar indicam que a atuação desta força policial é percebida como variável. Há participantes que foram muito bem atendidos quando precisaram ou que narraram casos em que o atendimento dispensado pelos policiais militares foi percebido perfeito. Outros tiveram suas expectativas frustradas ou avaliaram o atendimento que receberam de modo negativo. Os participantes, ao falarem sobre a Polícia Militar, referiram-se a basicamente dois tipos de situação nas quais entram em contato com a Polícia Militar: o atendimento pelo serviço 190 e as situações de policiamento ostensivo.

III.1.1 - Sistema 190

Houve várias críticas ao atendimento prestado pelo sistema 190. Algumas se referiram ao modo como o atendimento de emergência se faz pela central 190 e outras sobre o comportamento dos policiais atendem a ocorrência no local se comportam. No primeiro tipo, a insatisfação decorre

⁷ Quando participantes falaram em policiamento ostensivo, entende-se que estejam se referindo à Polícia Militar; quando participantes falaram sobre o pedido de auxílio à polícia por telefone, entende-se que estavam se referindo ao sistema 190 da Polícia Militar.

⁸ A Guarda Civil Metropolitana de São Paulo foi criada pela Lei Municipal nº 10.015, de 15 de setembro de 1986. O artigo 1º foi alterado pelo art. 40 da Lei Municipal nº 11.426, de 18 de outubro de 1993, e novamente modificado pelo art. 1º da Lei Municipal nº 12.824, de 07 de abril de 1999: "Art. 1º - Fica criada, junto à Secretária do Governo Municipal - SGM, a Guarda Civil Metropolitana, corporação uniformizada e armada, à qual caberá a proteção e a vigilância dos bens, serviços e instalações municipais e a colaboração

do não atendimento de solicitação de presença de força policial ou do atraso no atendimento, como o caso de uma telefonista policial que retornou a ligação para confirmar endereços. Alguns participantes afirmaram que não há constância/garantia de agilidade no atendimento: tanto pode ser que o atendimento seja rápido, como pode demorar muito.

Quanto ao segundo tipo, houve outros exemplos: policiais que compareceram ao local tardiamente para resolver o problema; policiais que não atenderam casos em ruas que estavam fora da área de sua Companhia; policiais que interromperam busca a suspeitos porque estavam no final de seu expediente; policiais que se negaram a fazer busca por suspeitos; policiais que se recusaram a deter infratores, por estes serem seus amigos.

Embora estas críticas não tenham partido de participantes de grupos focais de todas as regiões, não se pode afirmar que há Zonas da cidade que não enfrentam estes tipos de problemas. De qualquer forma, há um maior número de críticas de moradores de bairros de baixa renda e de favelas.

Houve também elogios. Participantes disseram que já chamaram policiais pelo sistema 190 - por problemas de furto, arrombamento, briga de bar e homicídio - e que os casos foram resolvidos muito satisfatoriamente. Um moradora de favela, por exemplo, relatou o caso de uma vizinha que passou mal e que não só foi atendida pela Polícia Militar, como o policial tratou muito bem os outros vizinhos.

Além dos elogios, houve participantes que reconheceram que a carência de viaturas e de policiais disponíveis impediria o atendimento imediato dos chamados.

III.1.2- Policiamento Ostensivo

Várias questões relacionadas ao policiamento ostensivo. A principal diferença entre os participantes é que, enquanto uns tendem a elogiar o trabalho policial, outros tendem a tecer críticas.

Em geral, os participantes que elogiaram o trabalho policial foram aqueles que tiveram experiências de um bom serviço prestado ou que tinham maior contato com o trabalho policial. Os elogios referiram-se a: 1) presença de Base Comunitária Móvel ou instalação de Companhia da Polícia Militar, que trouxe policiais para determinados locais antes considerados inseguros, prevenindo assaltos em áreas comerciais e residenciais e/ou uso de drogas em locais ermos; 2) postos policiais que atendem bem os cidadãos; 3) existência de ronda policial no bairro; 4) bom contato com os policiais e presteza de atendimento à chamada de emergência, devido à relação direta via Conseg; 5) locais com maior número de policiais e, por isso, percebidos como muito seguros; 6) casos de furto, em que os infratores foram detidos; 7) casos de má atuação de policias militares em que a Corporação puniu os responsáveis. Cabe destacar que, em geral, os participantes que teceram elogios são moradores de bairros de renda média e alta que parecem contar com uma presença satisfatória da polícia e/ou são participantes ativos nos Conseg, tendo

uma relação direta com os policiais militares da Companhia da região e sentido-se seguros para chamá-los quando necessário.

O reconhecimento de um bom policiamento realizado pela Polícia Militar pode estar ligado a outros fatores. Em certos bairros de renda mais alta, a própria comunidade oferece recursos à polícia o que, segundo participantes, permite que os policiais em seu bairro trabalhem melhor. No Centro, a revitalização de determinadas áreas, como a região da Praça da República, ocorreu simultaneamente a uma maior presença policial, segundo vários dos participantes.

Os participantes com maior contato com a polícia são os que mais tecem elogios ao trabalho desta. Entretanto isso não permite concluir que a melhor imagem da polícia decorre apenas de uma maior familiaridade com o trabalho policial ou maior proximidade. Esta imagem positiva exige, além de maior contato e proximidade, que não haja má experiência com os policiais. Para que isso ocorra, parece necessário que este maior contato não seja marcado ou maculado por algum episódio de má experiência com os policiais.

O policiamento ostensivo é o tipo de atividade policial que provocou mais críticas ao trabalho da Polícia Militar, devido a:

- **ausência de policiamento ostensivo** – esta ausência foi apontada por participantes de diferentes classes. Participantes de diferentes áreas e classes/faixas de renda mencionaram a falta de efetivo policial, falta de viaturas, falta de postos policiais e falta de rondas policiais em seus bairros como fonte de insegurança. No Itaim Bibi, Zona Sul, os moradores avaliam que uma maior presença policial seria necessária para coibir uso de drogas em público, furtos, roubos, arrombamentos e depredação de veículos. A falta de efetivo em algumas áreas também é percebida como alimentando o “*jogo de empurra*” que se estabelece entre Companhias da Polícia Militar, sobre quem é responsável por áreas situadas nos limites de territórios – um grande problema para os moradores destas regiões, que se sentem abandonados em uma “*terra de ninguém*”. Participantes do Centro afirmaram que a polícia não atua em cortiços e em áreas invadidas, permitindo que seus moradores fiquem sob a influência de criminosos que habitam estes locais. Participantes das Zonas Norte e Leste, incluindo moradores de favelas, afirmaram que não há policiamento preventivo em certas favelas e bairros de baixa renda destas regiões. Estas áreas sofreriam com a ação de traficantes de drogas, o aliciamento de crianças e adolescentes pelo narcotráfico e até mesmo mortes. Os participantes destacaram ainda que moradores têm de se submeter às condições impostas pelos traficantes e não denunciá-los à polícia para garantir a sua segurança e a de seus familiares. Faltariam preparo e condições materiais (como viaturas) para a polícia atuar em áreas marcadas pela forte presença de traficantes. Em alguns locais, ocorrem também roubos de carro e casos de violência nas escolas. Na visão dos moradores destes locais, os policiais não atuariam de modo preventivo, só aparecendo após mortes e tiroteios, ou para fazer apresentações com cães adestrados. A falta de efetivo afetaria ainda a segurança de eventos que reúnem milhares de pessoas em torno de

ações filantrópicas. O mesmo problema atinge o policiamento de áreas sensíveis, como as áreas próximas de uma área de ocupação por moradores sem teto;

- **atuação inadequada da polícia** – viaturas policiais que entram em favelas ou em bairros populares, em alta velocidade, assustando e colocando em risco as crianças é um exemplo de atuação inadequada. Outra situação que demonstraria falta de preparo dos policiais seriam as abordagens em eventos coletivos, quando os policiais revistam pessoas ou as interrogam de modo desrespeitoso. No caso de repressão policial contra manifestações que ocorrem na cidade, os participantes consideram inadequado que policiais estejam armados com metralhadoras para conter manifestantes armados com pedras. Alguns participantes chegaram a afirmar que o policial militar é treinado para *“repreender, bater e agredir, e não para ser amigo da população”*.

III.2 – Polícia Civil

Os participantes também abordaram, espontaneamente, várias questões relacionadas com o trabalho dos policiais civis. Foi destacado tanto o trabalho dos policiais civis nos Distritos Policiais como o atendimento que dispensam à população. A principal diferença entre os participantes é que, enquanto alguns elogiam o trabalho policial, outros fazem críticas que tendem a variar de intensidade conforme a experiência individual.

Como observado em relação à PM, membros de Conseg e alguns moradores de classes de renda mais altas (como do Itaim Bibi e Vila Olímpia) afirmaram que, quando precisaram, foram muito bem atendidos nos Distritos Policiais. Um bom atendimento é percebido como aquele que é ágil, no qual os policiais se empenham em ajudar a vítima ou o reclamante e se mostram dispostos a dar orientação e investigarem o caso. Em geral, este atendimento também é percebido como consequência de um conhecimento pessoal, de uma familiaridade entre o reclamante e um dos delegados. Esta familiaridade, por sua vez, seria consequência da experiência do Conseg, ou seja, a participação no Conseg local seria uma forma de se garantir um bom atendimento policial.

As críticas ao trabalho da Polícia Civil foram numerosas e partiram de participantes de diferentes faixas de rendas e regiões da cidade. Estas críticas decorrem do que avaliam como:

- **mau atendimento no DP** – participantes de diferentes faixas de renda e regiões da cidade afirmaram que o atendimento prestado nos Distritos Policiais é ruim: a) as instalações são precárias (falta banheiros e locais adequados para acomodar as pessoas que estão aguardando atendimento); b) longa espera para ser atendido (chegaram a falar em até 4 horas); c) falta pessoal responsável para dar informações à população - não há alguém identificado que preste informações e as pessoas não têm acesso a informações básicas, como quanto tempo deverão esperar pelo atendimento, o que fazer para conseguir conversar com o delegado, ou em qual DP devem registrar sua ocorrência; d) falta preparo dos policiais para o atendimento ao público - muitas pessoas se sentem humilhadas ao serem atendidas, como se estivessem atrapalhando o trabalho no DP ou como se elas fossem suspeitas; pessoas se ressentem de ver policiais

conversando, em vez de colaborar para agilizar o atendimento às pessoas; moradores de áreas próximas aos limites jurisdicionais das delegacias têm atrasos no atendimento devido ao tempo gasto por policiais de DPs vizinhos para descobrir qual destes DPs é responsável por aquele caso; e) faltam recursos materiais adequados (alguns entre os críticos reconheceram que o atendimento também é prejudicado pela de como computadores e impressoras); f) falta motivação dos policiais - um participante citou que teria ouvido de um delegado que os escrivães não estão comprometidos com o trabalho e que não fazem questão de registrar rapidamente os boletins de ocorrência e atender bem a população);

- **problemas estruturais da Polícia Civil que favorecem a ineficiência** – alguns participantes fizeram críticas à eficiência do trabalho realizado pela Polícia Civil. Parte das críticas refere-se: a) ao desvio de recursos humanos (participantes do Centro afirmaram que há DPs em que os policiais civis não podem se concentrar no trabalho de investigação porque têm que fazer a guarda de presos); b) à falta de equipamentos (faltam computadores e impressoras para agilizar o andamento dos Inquéritos Policiais); c) à falta de cooperação com a PM nas prisões em flagrante (o atraso no atendimento nos DPs compromete também o policiamento ostensivo, porque policiais militares também têm que aguardar horas no DP até que registrem ocorrências com flagrante e/ou prestem informações sobre crimes); d) à ausência de punição para casos de prevaricação (alguns participantes narraram casos em que os policiais não atuaram e não houve punição: uma delegada liberou um suspeito preso em flagrante por ter agredido pai, mãe e irmão, porque a mãe dele afirmou que o indivíduo “*não era violento*”; moradora de bairro periférico da Zona Sul teve que ir a Distritos Policiais e ao DHPP, e ameaçar a chamar a imprensa, para conseguir que suspeito preso por seqüestro fosse investigado e processado pela morte de seu filho; policiais nada fizeram para prender ou processar estuprador que foi identificado).

Alguns membros de Conseg e moradores de bairros de renda média (Itaim Bibi, Vila Olímpia) têm uma visão mais positiva da polícia, baseada em boas experiências que tiveram com policiais civis (atendimento rápido e eficiente). Além disso, mesmos os participantes que criticaram policiais civis, reconheceram que há bons policiais que são prejudicados pela má imagem, em geral, que a Polícia Civil tem.

Entre os moradores de periferia, nota-se que os relatos de casos de lentidão, ineficiência e desrespeito são mais freqüentes. No entanto, mesmo participantes de classes de renda mais altas reconheceram a necessidade de um maior entrosamento das agências de segurança pública com entidades sociais, associações de moradores e com a comunidade em geral, para que haja uma melhoria do atendimento dispensado à população como um todo.

III.3 – Guarda Civil Metropolitana

Poucos participantes dos 15 grupos focais realizados falaram sobre a Guarda Civil Metropolitana, ou seja, ao falarem sobre polícias, os participantes, em geral não mencionaram a GCM. Entre aqueles que se lembraram, espontaneamente, há muitas dúvidas sobre qual é a

função da Guarda. Por exemplo, alguns participantes afirmaram que conhecem muito pouco a GCM, não sabendo se ela possui ou não poder de polícia. Outros participantes citaram o fato de guardas civis metropolitanos terem auxiliado na segurança de passeatas (*“Caminhadas pela Paz”*), organizadas por líderes comunitários. Outros se lembraram de reuniões entre as lideranças locais e o comandante da GCM ocorridas em 1999. Um fato que parece dificultar muito o diálogo entre os membros da GCM e a população são as constantes mudanças de comando de área na GCM. Há indícios de que em algumas regiões da cidade, em particular no Centro, onde esta “força policial” começou a atuar de modo mais concentrado e a ter mais visibilidade, a população começa a perceber mais sua presença. Por exemplo, em uma das três oficinas realizadas, uma participante do Centro elogiou a GCM afirmando que atualmente há mais “bases volantes”, viaturas, policiamento a pé e com bicicletas.

De modo semelhante à PM e à PC, críticas são feitas à atuação da GCM, também considerada despreparada para cumprir seu papel. Por exemplo, foi citado o caso da ronda escolar realizada pela GCM nas escolas municipais. Segundo um participante, numa escola da Zona Leste, após traficantes terem jogado uma bomba na escola, os guardas civis metropolitanos se ausentaram por dois dias, temendo por sua própria segurança.

O baixo número de menções e o pouco contato que os participantes já tiveram com a GCM parecem resultar do reduzido efetivo desta corporação, do fato de que a PM e a PC são as principais referências para atendimento policial e registro de ocorrência criminal e da incerteza sobre o papel da GCM no quadro da segurança pública.

A Polícia Federal não foi mencionada em nenhum momento pelos participantes, o que pode expressar o pouco conta que o público, em geral, tem com esta força policial.

III.4 – Experiências e avaliações da “polícia” em geral

Como vimos acima, há participantes que elogiaram o trabalho dos policiais. Participantes de várias regiões reconheceram que atualmente os policiais estão mais bem equipados, uniformizados e atuando de modo mais educado, e atribuem isto à atuação da Secretaria de Segurança Pública. Além disso, como veremos no item a seguir, alguns participantes, ativos de Conseg têm uma visão mais positiva da polícia e tendem a destacar experiências satisfatórias. Entretanto, a maioria dos relatos e comentários em relação à “polícia”, sem identificar qual força, continuam tendo um caráter mais negativo:

- **ausência da polícia** – como já mencionado no item sobre a Polícia Militar, participantes de diferentes Zonas da cidade reclamaram da ausência de polícia. A ausência de policiais em determinadas áreas consideradas mais sensíveis como às de ocupação irregular (cortiços e favelas) é percebida como responsável por um maior número de crimes nos bairros e seus arredores. Alguns participantes apontaram também o fato de que, mesmo havendo presença policial, em algumas localidades, não há efetivo suficiente para atender a demanda de toda a população;

- **ineficácia da atuação policial** – alguns participantes, de diferentes regiões da cidade, apontaram problemas ligados à eficácia da ação dos policiais, particularmente no que se refere: a) ao preparo de policiais para o exercício de suas tarefas diárias; b) ao atendimento dado às pessoas que apresentam ocorrências à polícia - mesmo quando as demandas à polícia são apresentadas por meio do Conseg, certos problemas não são resolvidos definitivamente;

- **discriminação na atuação policial** – participantes de diferentes classes econômicas e áreas da cidade apontaram a existência de discriminação por parte de policiais. A polícia discrimina ao distribuir seu efetivo de modo desigual – há bairros que contam com presença constante da polícia e outros que não: participantes afirmaram que a polícia está mais presente em bairros de classes mais altas e em áreas comerciais, enquanto outros locais sofrem com a falta de policiamento. Exemplo disso, são certos pontos de consumo de drogas em locais ermos (como certas vielas, áreas próximas de viaduto) que trazem insegurança para as pessoas que trabalham ou moram nestas áreas. A polícia também discrimina ao definir que há públicos que merecem ser bem atendidos e outros não. Participantes afirmaram que a polícia atua mais rapidamente e eficientemente quando a vítima é um *“figurão da sociedade”*. Outro tipo de indício de discriminação estaria nos diferentes padrões de comportamentos apresentados pelos policiais de acordo com o nível de renda dos moradores. Enquanto em um bairro popular, os policiais agiriam de modo agressivo e desrespeitoso, em um bairro de renda média, atuariam educadamente (por exemplo, pedindo permissão aos moradores para entrarem em suas residências). Além disso, membros de Conseg e de entidades sociais reconheceram que, por estarem próximos a policiais, serem conhecidos e/ou terem parcerias com a polícia, são mais bem tratados e atendidos pelos policiais de suas respectivas regiões. Segundo os participantes, o simples fato de conhecer um policial pode garantir um atendimento melhor que o usual. O que leva alguns participantes, a perceberem que os policiais só respondem às demandas da população em dois casos: com pressão coletiva (manifestações ou Consegs bem estruturados) ou quando o requisitante é membro de alguma associação local (Conseg, por exemplo). Outro tipo de discriminação estaria em que a polícia daria mais prioridade de atendimento ocorrências como tráfico de drogas e roubos, do que a crimes como homicídios e lesões corporais. Participante da Zona Oeste afirmou que policiais não dão atenção a problemas considerados banais (como pequenos delitos), os quais quando não coibidos contribuem enormemente para o sentimento de insegurança da população e estimulam novos crimes. Por fim, determinados grupos (camelôs/ambulantes, moradores de rua, encortiçados, prostitutas, jovens de periferia) que estariam sob constante suspeição policial;

- **mau atendimento** – tal como já mencionado acima, participantes de diferentes níveis de renda e regiões da cidade fizeram reclamações quanto ao atendimento prestado por policiais:

a) falta de socorro (desde a falta de socorro a morador de rua adoentado à falta de atendimento após serem vítimas de roubo);

b) desrespeitos sofridos no atendimento - participantes de bairros periféricos afirmaram que foram maltratados por policiais atendendo uma ocorrência, há casos em que as vítimas procuraram a polícia para ver solucionado o crime, e acabaram sendo tratadas como suspeitas e até mesmo acusadas pelo crime;

c) policiais que colocaram em risco quem pediu o atendimento, por exemplo – pessoas que fizeram denúncias de carro abandonado no bairro ou de pessoa armada dentro de uma sala de cinema e que foram colocados em risco porque os policiais agiram de tal modo que os suspeitos da infração identificaram os denunciante;

d) falta de treinamento - policiais que trafegam velozmente por locais estreitos colocando em risco a vida de crianças e mulheres que estão nestes locais; policiais que circulam com armas em punho e policiais que atendem ocorrências, aparentemente, sob efeito de álcool e drogas.

- **“corrupção”** – participantes de diferentes regiões da cidade relataram casos de “corrupção” policial que presenciaram ou que ouviram falar. Estes casos envolvem:

a) suspeita de consumo de drogas legais e álcool em horário de serviço;

b) fornecimento de informações sigilosas para “empresas” que se propõe às vítimas de furto/roubo de veículos o resgate destes veículos;

c) tentativas e/ou prática de extorsão contra suspeitos, infratores e seus familiares. Vários casos se referem a envolvimento de policiais com ladrões, traficantes e usuários de drogas. Este envolvimento dos policiais consistiria em extorsões contra os infratores ou de apropriação de objetos roubados, armas e drogas. Outros casos citados referem-se a policiais que negociaram a soltura de pessoas suspeitas de serem infratores e que foram presos, mediante pagamento em dinheiro por parte de seus parentes. O que mais revolta os participantes do grupo é que estas ações dos policiais são feitas em plena rua, demonstrando a segurança que estes policiais possuíam quanto à sua impunidade. Outros, apesar de não terem presenciado tais acontecimentos, têm fortes suspeitas de que há envolvimento de policiais com traficantes de drogas porque os policiais conhecem os pontos de venda de drogas e não agem para impedir que estes pontos permaneçam em funcionamento. Esta falta de ação dos policiais sugere as estes participantes que ou os policiais praticaram extorsões ou fizeram parceria com traficantes. A corrupção policial gera outro problema: à medida que crescem suspeitas do envolvimento de policiais com infratores, cresce também o medo de denunciar estas atividades criminosas. Este temor parece não ser infundado pois relataram casos de pessoas que “ousaram” denunciar algum infrator e que tiveram que se mudar da cidade. Um destes casos, envolveu o irmão de um policial que, ao ser preso, recebeu a informação e repassou aos membros do seu grupo a identidade do denunciante. Independentemente de terem informação sobre casos como este, os participantes temem denunciar tanto os delitos como os suspeitos, pois não conseguem confiar que estarão protegidos da ação de policiais corruptos envolvidos com os responsáveis por estes delitos;

- **violência policial** – a violência policial é percebida como ocorrendo com frequência durante as abordagens de pessoas por policiais. São comuns também os casos de policiais que intimidam pessoas que testemunharam abordagens abusivas. Participantes de todas as regiões da cidade se referiram ao uso de violência e agressividade por parte de policiais, no entanto, moradores de áreas mais carentes relataram mais casos. Membros de entidades de assistência social também apontaram a existência de um padrão de abordagem policial violenta contra certos grupos, como jovens, moradores de rua e encortiçados. Jovens em liberdade assistida e suas mães são percebidos como particularmente vulneráveis a maus tratos e humilhações por parte de policiais. Até mesmo membros de Consegs de várias regiões relataram casos de violência policial ocorridos nos próprios locais em que moram, revelando também o uso inadequado de armas em situações que colocam em risco a vida de cidadãos cumpridores da lei, por exemplo, o pai que foi buscar filho em escola, à noite, foi abordado por policiais que apontaram uma escopeta contra sua cabeça ou o jovem que estava chegando em casa do trabalho foi agredido por policial que parecia drogado.

Outro problema percebido na atuação dos policiais é a sua reação a questionamentos sobre sua conduta por parte da população. Em vários destes relatos que criticam a abordagem policial, os participantes mencionaram que a situação piora quando uma das pessoas abordadas, vizinho ou parente questiona o policial sobre seu direito de proceder daquela forma. É comum nestes casos, os policiais se tornarem mais agressivos, batendo na pessoa abordada ou a ofendendo com palavras de baixo calão, ameaçando e/ou intimidando a pessoa que o interpelou. Vários casos foram relatados de pessoas agredidas (verbal ou fisicamente) após terem reclamado do modo dos policiais tratarem uma pessoa abordada. Nestes relatos, as pessoas ressaltam que descartam a possibilidade de denunciar tais abusos por medo de que a denúncia provoque uma represália mais grave⁹.

Deve-se ressaltar que estas más experiências têm sérias conseqüências: jovens maltratados pela polícia acabam por cultivar um “mal estar em relação a polícia”; cidadãos passam a temer e desconfiar da polícia. Ao desencorajar a colaboração/cooperação da população com a polícia esta violência da polícia, associada a sua presença errática em bairros violentos, pode encorajar a população a se “apoiar” mais nos delinqüentes locais. Neste caso a violência policial, além de afastar as pessoas dos policiais, ajuda a legitimar o poder de traficantes de drogas e outros infratores.

- **“privatização da segurança”** – alguns participantes denunciaram o que poderia ser chamado de privatização de segurança, ou seja, quando policiais privilegiam o atendimento a determinadas áreas em troca de favores. Moradora de periferia da Zona Sul afirmou que as

⁹ Testemunhar estas ocorrências estimulou alguns dos participantes a refletir sobre o porquê deste comportamento dos policiais: policiais agiriam de modo agressivo em certos locais porque têm medo das pessoas que moram nestas áreas; alguns policiais abordariam trabalhadores pela rua, sem haver qualquer motivo, pelo simples prazer de abusar do poder; alguns policiais abusariam de autoridade porque são despreparados; policiais acreditariam que alguns suspeitos de delitos ou delinqüentes não podem continuar vivos, pois representam grande ameaça para a sociedade.

viaturas de polícia geralmente se encontram em áreas de comércio, onde os policiais recebem “caixinha” para manter a segurança do local. Na Zona Oeste, um morador relatou que há casos de moradores contratando policiais diretamente, através de “contratos individuais” de serviço. Além disso, haveria comandantes de Companhias da Polícia Militar que são donos de empresas de segurança privada e que teriam interesse em manter o sentimento de insegurança em alta. Há também suspeitas de que em certos bairros, viaturas de polícia fazem a segurança de estabelecimentos comerciais. Também foram mencionados como exemplo de privatização da segurança a doação de telefones celulares a policiais para que possam atender alguns moradores de modo mais ágil, em detrimento do resto da população. Por fim, há ainda os “bicos” de policiais em atividades de segurança;

- **falta de controle sobre a atuação policial** - Um participante criticou a forma como a instituição policial acompanha o trabalho de seus policiais na rua. Faltaria controle sobre a atuação deles e preparação para atender e respeitar a comunidade. Alguns participantes afirmaram que certos policiais chegam a esconder seus nomes nas fardas, em geral, quando estão praticando atos poucos lícitos.

- **descontinuidade do Policiamento Comunitário** – A descontinuidade do processo de implantação do Policiamento Comunitário em várias áreas provocou muitas críticas em vários grupos.

III.5 – Outros problemas que afetam a atuação da polícia

Os participantes identificaram ainda vários outros problemas que, em sua percepção, afetam a atuação da polícia em geral.

- **ameaças a integridade física dos próprios agentes policiais** - participantes narraram casos de riscos de violência contra policiais: segundo um participante, há localidades onde tiroteios são diários e onde mesmo os policiais têm muita dificuldade de chegar, por conta do risco à sua própria segurança. Outro participante relatou caso em que policiais chamados a uma escola, devido a uso de drogas, foram agredidos pela “molecada” (usuários e, talvez até mesmo traficantes). Nas oficinas, um participante defendeu que, em algumas situações, os policiais se aliem a infratores como forma de se proteger. Outro participante, ex-policial, justificou que a maior agressividade nas abordagens policiais decorreria da atual situação de violência na sociedade.

- **críticas ao ECA** – o Estatuto da Criança e do Adolescente foi responsabilizado por alguns participantes pela falta de ação da polícia contra jovens.

- **a insegurança de vítimas e testemunhas** – participantes destacaram problemas de insegurança da população que tolhem a sua colaboração com a polícia, dando informações e registrando ocorrências. Alguns participantes se referiram à insegurança de vítimas e testemunhas: comerciantes que não registram ocorrências de roubo aos seus estabelecimentos, por medo de represálias de assaltantes; morador de favela que desiste de fazer um

reconhecimento de indiciado por crime, porque parente do infrator lhe procura e lhe pede para não reconhecê-lo.

- **imagem da polícia** – se a polícia tem uma imagem violenta difunde-se o medo e a crença de que a principal função da polícia não é a de proteger as pessoas, mas sim agredir. Observando estes diferentes pontos e outros comentários emitidos pelos participantes, pode-se concluir que:

- a imagem dos policiais é fundamental no relacionamento que cada um tem ou não com policiais. Esta imagem resulta de experiências concretas. Testemunhar, ser vítima de ou ouvir falar sobre corrupção, violência policial, falta de atendimento ou de mau atendimento prestado pela polícia são as fatores que, além de dificultar que a população confie e se interesse em se aproximar dos policiais, aumentam a sensação de insegurança da população;

- a avaliação que os participantes dos grupos fizeram da atuação das polícias está baseada nas suas experiências. Participar ativamente do Conseg e estar satisfeito com seus resultados, morar em bairro bem policiado e ser parente de policial são elementos que parecem dar às pessoas a sensação de ter um melhor atendimento e tratamento por parte dos policiais. Participar ou ter participado do Conseg e ter/ter tido problemas com policiais nas reuniões, nunca ter participado do Conseg, não morar em bairro bem policiado, conhecer casos de violência, ineficiência e corrupção policiais são características encontradas entre os críticos da atuação da polícia. Além disso, os moradores de bairros periféricos e favelas relataram vários problemas graves envolvendo policiais, enquanto os participantes de bairros de renda mais alta (muito deles membros de Conseg) fazem uma avaliação mais positiva sobre o atendimento, ainda que também o critiquem.

- há diferentes opiniões sobre como é possível reduzir a distância entre a polícia e os cidadãos. Aqueles que têm uma boa relação com a polícia (alguns membros de Conseg, por exemplo) tendem a defender que a sociedade deve se aproximar da polícia. Segundo eles, cabe à sociedade buscar melhorar este relacionamento, se aproximando dos policiais, identificando as dificuldades e perigos intrínsecos à atividade. A sociedade deveria colaborar para a redução do problema da insegurança pública, participando ativamente das reuniões de Conseg. Para outros, a polícia é que deveria reconquistar a credibilidade da população. Segundo estes, quando policiais fazem ronda policial e conversam respeitosamente com as pessoas, a imagem da polícia tende a melhorar. Por exemplo, em um dos bairros pesquisados a imagem da polícia começou a melhorar depois que policiais prestaram rapidamente socorro a menino de 8 anos que sofreu acidente grave na rua.

- apesar dos relatos de má experiência, os participantes ainda acreditam e têm esperanças de que a ação das polícias pode melhorar. Mesmo entre os que narraram casos de violência e corrupção policial, há o reconhecimento de que há policiais confiáveis e que as forças policiais têm muitos problemas estruturais que afetam a atuação dos policiais no dia a dia. Além disso, embora existam muitas críticas ao desempenho da Polícia Militar, os participantes defendem a

melhoria de atuação desta força e o aumento da presença da polícia em seus bairros, como forma de melhorar a sensação de segurança dos moradores.

- na ausência de um policiamento ostensivo que lhes garanta uma melhor sensação de segurança, alguns moradores, geralmente aqueles que possuem melhores condições econômicas, têm recorrido a esquemas privados de segurança;

IV – Vantagens da proximidade entre a polícia e a sociedade

Alguns participantes ressaltaram a existência de proximidade entre polícia e moradores e o papel dessa proximidade como forma de obter um melhor policiamento. Participante disse que sua associação tem boas relações com a PM e que seus representantes conhecem os policiais de rua e os comandantes, permitindo troca de informações entre comunidade e polícia e melhora neste relacionamento. Segundo ele, antes a população tinha medo da polícia, a qual era muito corrupta. Atualmente, a polícia está mais bem preparada, o atendimento é eficiente e sempre há viaturas fazendo ronda na sua região.

De maneira geral, quanto maior a aproximação, diálogo e presença policial no bairro, melhor é o reconhecimento positivo do trabalho da polícia. Além disso, vários participantes destacaram a necessidade de um maior e melhor intercâmbio entre a polícia, ONGs e associações do bairro e a importância da mobilização contínua e da pressão por parte da sociedade sobre as autoridades para que se alcance a segurança desejada.

Aqueles que conhecem mais profundamente o funcionamento e a estrutura bem como as rotinas de trabalho da polícia, que têm algum envolvimento em assuntos referentes à segurança pública e têm uma proximidade com os policiais confiam mais no trabalho da polícia e, como mostram os depoimentos dos participantes, também têm uma opinião mais otimista desse trabalho. Enquanto algumas pessoas já desistiram de iniciativas de aproximação, desestimuladas por experiências anteriores, vários dos participantes continuam buscando formas de atuação conjunta para melhorar o quadro da segurança pública. Dentre estes, os que conseguiram efetivar alguma parceria com a polícia no dia a dia, são aqueles que têm uma visão mais positiva do trabalho policial.

V – Parcerias entre polícia e comunidade

Neste item serão discutidas as experiências de parceria entre policiais e a sociedade relatadas pelos participantes dos grupos focais. Estes relatos referem-se a três tipos de experiências: implantação do projeto de Policiamento Comunitário, Consegs e outras parcerias.

V.1 – Policiamento Comunitário¹⁰

Vários participantes trouxeram o tema do Policiamento Comunitário para a discussão dos grupos de modo espontâneo. Este tema emergiu em grupos focais das diferentes regiões da cidade. No entanto, enquanto nos grupos focais das Zonas Norte e Oeste, predominou uma imagem vaga do Policiamento Comunitário, entre participantes da Zona Sul, Leste e Centro a discussão foi mais aprofundada. Esta diferença parece resultar de diferenças na experiência com este tipo de policiamento. Ele parece ser mais conhecido na região Central e Sul da Cidade, sendo menos disseminados nas outras regiões.

Nos grupos focais do Centro, houve discussões profundas sobre a experiência de Policiamento Comunitário vivida pelos participantes: membros de Consegs e de ONG's. Vários participantes do Centro participaram do processo de implantação do projeto de Policiamento Comunitário, iniciado durante a gestão do Secretário de Segurança Pública, José Afonso da Silva (1997)¹¹. A descrição pode ser dividida em três pontos: a) a origem do Policiamento Comunitário, b) o processo de implantação e c) os problemas enfrentados:

a) a origem do projeto de Policiamento Comunitário no Centro – os participantes apresentaram diferentes versões para a origem deste projeto. Uma versão é de que, apesar de ser uma reivindicação dos Consegs, foram outras lideranças locais que, a partir de 1995 ou 1996, deram início ao Policiamento Comunitário, através de experiências de cooperação com a polícia. Outra versão é que a iniciativa partiu da Polícia Militar que se aproximou da comunidade na região central, sendo que a implantação resultou da colaboração comunidade e polícia. Uma terceira versão é que a experiência do Policiamento Comunitário na região central da cidade foi o resultado de uma ação estimulada pelo Seminário “São Paulo Sem Medo”¹², que trouxe a experiência da Polícia Comunitária do Canadá;

b) o processo de implantação – para os participantes desta região, em geral, a implantação do Policiamento Comunitário foi bem sucedida. O primeiro resultado foi a melhoria da relação entre comunidade e polícia: aumentou a participação da comunidade e dos policiais nos encontros para discussão sobre segurança pública e elaboração de um plano de ação, nestes encontros estavam presentes policiais militares, policiais civis (inclusive, o delegado seccional) e

¹⁰ “Na década de 1990, projetos de Policiamento Comunitário ou de ‘policiamento interativo’ e ‘segurança cidadã’, como foram algumas vezes chamados, começaram a ser implantados em diversas cidades e bairros, de diversos estados do Brasil: Ribeirão Preto (SP), Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ), Samambaia (DF), Guaçuí (ES), Recife (PE), Porto Alegre (RS) e Macapá (AP). Em dezembro de 1997, a Polícia Militar lançou um projeto para implantação do Policiamento Comunitário em todo o estado de São Paulo - o mais ambicioso projeto de Policiamento Comunitário até agora iniciado no país.” Policiamento comunitário: A experiência em SP, estudo de Paulo Mesquita Neto com a colaboração de Beatriz Stella Affonso, ver http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulomesquita/Paulo_Mesquita/

¹¹ Um participante chegou a afirmar na oficina que, embora a Polícia Militar defenda que todo policial militar é comunitário, Polícia Comunitária foi uma política do Governo Covas, cuja marca eram as duplas de policiais atuando nos mesmos lugares. Segundo este participante, atualmente, o Policiamento Comunitário só existe quando um Comandante de Área decide implantá-lo.

até policiais federais; a ação local se tornou um canal de demandas da população para problemas de segurança e a polícia, por sua vez, passou a procurar atendê-las; em vários locais o policiamento passou a ser feito por duplas de policiais que se tornaram conhecidos da população; melhorou a relação entre as polícias (civil e militar) e sociedade organizada porque medos, preconceitos e resistências ao envolvimento de cada lado foram se quebrando, a *“imagem de policial como bandido”* foi perdendo força e reconheceu-se a presença de bons profissionais na Polícia Militar; praças, ao serem informados sobre o Policiamento Comunitário, passaram a tratar melhor os cidadãos. Outro resultado foi o aumento da segurança em vários locais. Segundo os participantes, a articulação entre comunidade organizada e Polícia Militar reduziu, na percepção dos participantes, a violência (principalmente, a ocorrência de tráfico de drogas) e a sensação de insegurança na Praça Roosevelt; aumentou a segurança na área da Av. São João até a Santa Efigênia, onde a circulação de policiais a pé na região afastou infratores e encorajou a população a voltar a usar estas áreas. Segundo participantes, atualmente há mais polícia ostensiva, a pé ou de bicicleta;

c) os problemas enfrentados: “o que deu errado” – os participantes afirmaram que, após esta fase inicial, houve o declínio do Policiamento Comunitário. Segundo um participante isto ocorreu a partir de 1998, com a saída de um Coronel do Comando da Polícia Militar que era partidário deste tipo de policiamento. Os novos comandantes não teriam demonstrado interesse pelos projetos de parceria com a comunidade, interromperam o processo de implantação do Policiamento Comunitário e aí começou a declinar a experiência. A mudança de comando da região central que apoiava o Policiamento Comunitário acelerou este processo. No Centro, membros da sociedade civil pediram a saída de um Comandante da área que era contrário ao projeto, mas não foram atendidos. Segundo os participantes, os novos comandantes ou evitavam falar sobre o Policiamento Comunitário ou se manifestavam contrários ao modelo. O fato é que a interrupção do processo frustrou os participantes, devido ao esforço já despendido pela comunidade, e abalou a confiança mútua. A mudança na orientação da PM em relação ao Policiamento Comunitário afetou também a participação da população nas reuniões dos Consegs locais – houve um desestímulo a esta participação. Na percepção dos participantes, o processo de ampla discussão entre policiais e comunidade foi interrompido, ficando os contatos reduzidos às reuniões de Consegs.

A interrupção da implantação do Policiamento Comunitário levou os participantes a analisarem os fatos e a concluírem que há alguns entraves a este tipo de policiamento:

1) falta de garantia de continuidade da experiência – segundo os participantes, um novo comando pode interromper um trabalho bem sucedido de seu antecessor. Além disso, um superior pode afastar um comandante inferior que esteja se destacando muito pelo trabalho realizado. Segundo alguns participantes, a maioria dos comandantes é insensível aos problemas da

¹² Este seminário sobre violência urbana foi promovido em abril de 1997 em São Paulo, reunindo especialistas de diversas áreas, brasileiros e estrangeiros. Os organizadores do seminário foram a TV

comunidade, estando mais preocupados com os interesses de suas corporações. As rivalidades entre comandantes e entre filosofias de policiamento podem acirrar esta descontinuidade;

2) a resistência na Polícia Militar ao Policiamento Comunitário – segundo os participantes, poucos oficiais apóiam de fato o Policiamento Comunitário: os comandos da Polícia Militar seriam resistentes à proposta de Policiamento Comunitário. Haveria um lobby interno contra esta proposta, em particular por parte de oficiais mais antigos e membros da Rota. O Policiamento Comunitário seria mais apoiado por oficiais mais novos. De fato, estes participantes acreditam que não só faltou reconhecimento do Comando pelo bom trabalho realizado pelo policiais que participaram do projeto Centro, mas que alguns deles teriam sido até foram punidos por terem um trabalho mais voltado para a comunidade;

3) a atual estrutura da Polícia Militar não é compatível com um projeto como o Policiamento Comunitário – alguns participantes afirmam que a Polícia Militar está sujeita a jogos de poder (ingerência, intrigas políticas) entre os oficiais, impossibilitando a concretização de planejamento a médio e longo prazo. Além disso, os participantes afirmaram que um Comandante de BPM, que defenda a manutenção do Policiamento Ostensivo convencional, pode impedir que as ordens dos superiores, em prol do Policiamento Comunitário, se tornem totalmente efetivas, principalmente se não são dadas orientações específicas, “*claras e fortes*” aos subordinados. A constante troca de comandantes e a impossibilidade de membros de Consegs e sociedade civil participarem do processo de nomeação e transferência também comprometeriam a continuidade de projetos.

4) a implantação do Policiamento Comunitário nunca foi uma política de governo, mas só uma tímida experiência – o que se expressaria na falta de prioridade dada ao treinamento dos policiais de baixa patente, o que limitaria o seu conhecimento sobre o Policiamento Comunitário e, além disto, explicaria a continuidade da truculência de certos policiais. A insistência no Policiamento Comunitário também se dá porque este tipo de policiamento é incompatível com a concentração de poder de decisão que predomina no modelo atual. O Policiamento Comunitário exige maior autonomia de decisão ao comando local e ao policial que está na rua;

5) desinteresse de policiais civis – segundo os participantes, a Polícia Civil estava ausente de reuniões sobre o Policiamento Comunitário, os policiais hierarquicamente abaixo dos delegados não participavam destas reuniões e os delegados mais antigos tendiam a sabotar e desprezar as reuniões.

O Policiamento Comunitário foi defendido por vários participantes (não só do Centro) como o policiamento ideal, por aproximar polícia e sociedade mesmo entre aqueles que têm menos informação sobre este tipo de policiamento. Segundo moradora do Rio Pequeno (Zona Oeste), moradores e comerciantes da região estavam realizando reuniões para viabilizar a instalação de um posto da polícia comunitária no bairro. Entre os participantes das Zonas Norte e Oeste,

parecem faltar elementos concretos que caracterizem a efetiva implantação do Policiamento Comunitário. Mesmo nas oficinas, quando houve menções diretas ao Policiamento Comunitário, os participantes destas regiões demonstraram não ter experiência com este tipo de policiamento, indicando que só há ronda policial e atendimento 190 em suas regiões. O mesmo se passaria na Zona Leste. Participantes da Zona Leste fizeram comentários esparsos sobre este tipo de policiamento, mas também o defendem. Um participante afirmou que em sua região houve uma integração entre policiais civis, militares e comunidade que gerou vários resultados: “*encontros de paz*” com moradores de favela, “*delegado amigo da comunidade*”, instalação de posto da PM próximo ao DP, maior participação dos policiais nas escolas, maior aproximação com a Guarda Civil Metropolitana e remoção dos detentos do DP. Em alguns locais, há bases comunitárias construídas, mas não estão abertas porque, segundo o participante, a comunidade não se mobilizou para inaugurá-las. Num dos grupos focais da Zona Sul, houve um participante que descreveu a experiência de polícia comunitária no Jardim Ângela e fez grandes elogios. Segundo ele, há um excelente relacionamento entre moradores e a polícia: os policiais procuram fazer amizade com os moradores, trabalhar preventivamente e “conversar” com filhos de moradores que se envolvem em delitos. Além disso, os policiais ajudam a organizar a Caminhada da Paz que ocorre anualmente na região. Neste caso, o Policiamento Comunitário mostrou-se efetivo, com a confiança e satisfação do participante em relação aos policiais de sua região. Uma participante da Zona Sul comentou que há uma ótima relação entre polícia e comunidade em sua área. Afirmou que o Conseg do qual participa atua juntamente com a Polícia Militar em “*trabalho de cidadania*” com pessoas carentes da região e que as polícias e a Guarda Civil Metropolitana participam das reuniões do Conseg.

Alguns participantes que são membros ativos de Consegs têm esperança de que os pontos fundamentais do Policiamento Comunitário possam ser retomados a partir destes Conselhos, que poderiam ser os porta-vozes da comunidade em relação à polícia, pois já recebem solicitações de pessoas da comunidade e as encaminham para os policiais ligados aos Consegs.

No entanto, há participantes menos otimistas. Uma participante afirmou que, se o poder público não tem real interesse, é muito difícil a sociedade obter as mudanças que deseja.

V.2 – Os Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg)

Os Conselhos Comunitários de Segurança, como se mencionou anteriormente, são formados por policiais civis e militares, moradores, empresários e trabalhadores dos bairros situados na área de atuação do Distrito Policial e da Companhia da Polícia Militar. Neste sentido, a própria existência e o funcionamento deste Conselho podem ser entendidos como um tipo de parceria entre polícia e comunidade. Os participantes dos grupos focais das diferentes Zonas da cidade, principalmente os membros ativos de Consegs, citaram a existência destes Conselhos

como exemplos de integração/cooperação entre a sociedade e a polícia e como ponto de partida para novos tipos de parceria.

V.2.1 – O funcionamento dos Consegs

A ação dos Consegs, provocou vários comentários espontâneos sobre este tipo de parceria e sobre o tipo de relacionamento que daí decorre entre a sociedade civil e a polícia:

- **ações dos Consegs e outras associações** – os Consegs podem mobilizar a população local para demandar a implantação de Policiamento Comunitário ou a instalação de posto policial (ou base comunitária móvel) pode liderar a coleta de recursos/doações para a polícia; pode apoiar materialmente a polícia – por exemplo, fornecer cartuchos de impressora, contratar técnicos para a manutenção de computadores da polícia, construir e instalar postos policiais ou reformar viaturas, entre outras;

- **aproximação da comunidade e polícia** – Na percepção dos participantes que são ativos, os Consegs têm como objetivo aproximar a polícia e a população. Os civis que atuam nos Consegs dão sugestões sobre como a polícia pode melhorar sua imagem junto aos moradores e também reconhecem publicamente os esforços dos policiais que se destacam, ou seja, os Consegs ajudariam a polícia a desenvolver e implementar estratégias de aproximação com a comunidade. Esta aproximação, por um lado, permitiria que a polícia se tornasse mais sensível às necessidades dos cidadãos e, por outro lado, reduziria o receio de que parte da população tem de levar seus problemas até os policiais, o que ajudaria a reduzir a violência;

- **atendimento a demandas da população e encaminhamento à polícia** – uma das principais ações dos Consegs parece ser a de atuar como canal de comunicação entre a comunidade e a polícia, filtrando as ocorrências e encaminhando-as aos canais competentes (Sub-prefeitura, Distrito Policial, Companhia da Polícia Militar);

- **atuação de policiais** – membros de Consegs deram destaque ao que percebem como colaboração dos policiais para o funcionamento dos Consegs. Esta colaboração se dá pela assiduidade dos policiais responsáveis (delegados titulares e assistentes e comandantes da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana) às reuniões do Conseg, pelo atendimento das demandas da população quer se refiram à resolução de delitos graves, quer à redução da violência por parte de policiais;

- **parcerias em atividades para a prevenção à violência** – a partir do Conseg, novas formas de parcerias entre polícias civil e militar e associações locais estariam surgindo, por exemplo: intervenções conjuntas para melhorar a vida de grupos carentes dentro da comunidade¹³. Esta relação estreita entre polícia e sociedade estaria, na percepção dos

¹³ Promoção de cursos de grafite e capoeira para crianças e jovens, de aulas ministradas por policiais civis e militares para crianças e de trabalho para reintegração de adolescentes em liberdade assistida nas escolas; trabalho de prevenção de drogas em escolas; desenvolvimento de trabalho com alunos em escolas por policiais; implantação de linha de telefone direta para a população contatar policiais do Conseg, entre outras.

participantes, resultando na redução dos casos de violência e em maior presença das polícias nos eventos e festas realizados nos bairros.

Os Consegs não têm todos o mesmo grau de sucesso, tudo vai depender do grau de envolvimento de delegados e capitães com o Conseg. Deste envolvimento depende a maior participação da comunidade no Conseg, o que deverá fortalecê-lo, mas também servirá de forma de pressão sobre os policiais para que respondam às expectativas da população.

V.2.2 – As dificuldades enfrentadas pelos Consegs

Os Consegs também são percebidos como enfrentando algumas dificuldades:

- **medo dos moradores** – há moradores que têm medo de ir a reuniões do Conseg e serem identificados como “colaboradores” da polícia por delinqüentes do bairro. Este temor não se restringe à periferia, mas afeta todas as áreas onde há forte presença de delinqüentes. A presença no bairro de traficantes que intimidam a população chega a provocar dúvidas quanto à própria possibilidade de qualquer aproximação entre polícia e sociedade. Estes temores, em geral, têm algum fundamento, pois com freqüência foram relatadas ameaças a membros de Conseg de áreas conturbadas, após ações policiais contra os traficantes locais;

- **intimidação dos próprios membros dos Consegs** - o medo não se restringe aos moradores, pois se pôde notar que mesmo alguns membros de Conseg preferem não abordar em público temas considerados mais sensíveis, como questões ligadas a entorpecentes, jogo do bicho e outros crimes;

- **desinteresse de moradores e associações** – alguns membros de Conseg afirmaram que moradores e representantes de entidades do bairro não comparecem às reuniões, seja por falta de interesse, seja por não terem tempo para dedicar ao Conseg. A má imagem da polícia seria outro obstáculo para uma maior participação dos moradores;

- **ausência de outras autoridades nas reuniões** – membros de Conseg afirmaram que a ausência de outras autoridades públicas nas reuniões dificulta os encaminhamentos. Em particular a ausência do Subprefeito impede o encaminhamento direto de problemas com a infra estrutura local que cabe à administração municipal mas que tem impacto sobre a segurança como má iluminação, matagais e buracos nas ruas;

- **limites das ações dos órgãos policiais** - a fraca participação de policiais em Consegs está também ligada à falta recursos para os policiais e a limitações criadas por superiores. Às vezes, embora o Conseg atue, não é fácil conseguir bases comunitárias e patrulhamento a pé para determinadas áreas, porque a Polícia Militar afirma que não há efetivo policial suficiente;

- **falta de apoio do Governo Estadual** – o Governo do Estado é percebido como mantendo uma estrutura precária de apoio aos Consegs. Na Secretaria de Segurança Pública há apenas um policial militar, um policial civil e um assessor do Secretário para dar suporte e eles raramente estariam acessíveis aos presidentes dos Consegs – o que estaria indicando o desinteresse do Governo na atuação da população na área de Segurança Pública.

Todos estes pontos indicam o quanto a participação (permanente ou eventual) de moradores nas reuniões de Conseg contribui para que eles se tornem informados a respeito das questões de segurança pública e possam fazer avaliações críticas da atuação destes próprios Conselhos.

V.2.3 – Críticas aos Consegs

Vários participantes dos grupos focais percebem outras limitações na atuação dos Consegs. Alguns destes foram membros ativos de Consegs no passado, outros, porém, nunca chegaram a participar. Os problemas apontados foram os seguintes:

- **Consegs não conseguem melhorar a qualidade do atendimento policial** – alguns participantes afirmaram que as ações dos Consegs não resultam em melhor resposta dos policiais às demandas da população - seja para intensificar o policiamento em áreas mais sensíveis, para resolver disputas sobre responsabilidade por um determinado território ou para proteger a confidencialidade de denunciante de delitos graves – e nem mesmo em maior aproximação da polícia à comunidades em geral;

- **falta de unanimidade entre os policiais quanto a importância dos Consegs** – isto seria evidente na falta de compromisso de alguns policiais com os Consegs:

- a) não compareceriam a reuniões;
- b) se negam a discutir determinados problemas de segurança nas reuniões;
- c) comparecem sem condições de participar, como o caso do delegado que compareceu alcoolizado à reunião;
- d) outros ainda demonstrariam desprezo pelo Conseg.

- **Consegs seriam utilizados com um espaço de solicitação de apoio material por parte dos policiais** – as solicitações de apoio financeiro e material por parte dos policiais têm provocado mal estar entre alguns destes ex-participantes que acreditam que a principal função do Conseg é ser um espaço de diálogo e não do que percebem como “troca de favores”. Ao Estado caberia dar condições adequadas para as polícias agirem.

V.3 – Outros tipos de parcerias entre polícia e sociedade

Além do Policiamento Comunitário e dos Consegs, no decorrer das discussões outras alternativas de parcerias entre polícia e comunidade foram mencionadas espontaneamente por participantes de diferentes regiões da cidade e classes sócio-econômicas:

- **a mobilização da população para auxiliar a polícia** – um exemplo de mobilização da comunidade em prol do trabalho da polícia ocorreu há cerca de três anos na Zona Sul. A pressão da comunidade teria conseguido que as viaturas fossem trocadas por outras mais apropriadas para as más condições das ruas da região. A implantação de um projeto piloto de atendimento à população em um DP local teria sido resultado da pressão dos moradores diretamente sobre o Governador do Estado;

- **programa de palestras de policiais** – palestras ministradas por policiais sobre drogas e criminalidade a jovens e adolescentes de escolas ou paróquias. Estas palestras propiciaram oportunidade de diálogo entre alunos de uma escola e policiais sobre as formas de abordagens policiais que os jovens avaliam como sendo truculentas. Este tipo diálogo estaria permitindo uma melhoria das relações entre os jovens da região e os policiais;

- **associações que desenvolvem parcerias com a polícia e outros órgãos** – os participantes também mencionaram grupos que têm se associado aos Consegs e/ou à polícia para desenvolver programas específicos, como um projeto que dá atendimento psicológico a vítimas de violência e a policiais, ou a aproximação entre policiais e membros de um Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Centro.

Nem todas as parcerias são bem sucedidas no sentido de provocarem ampla satisfação. Parte do trabalho de prevenção ao uso de drogas realizado em alguns bairros foi criticado porque o representante da Polícia Militar só esteve presente durante o curso e os pais e a comunidade não foram envolvidos na discussão. Este descontentamento com a falta de aproximação entre polícia e comunidade tende a contribuir para a cristalização da imagem de uma polícia insensível às necessidades da população.

V.4 – Dificuldades de aproximação

À medida que as tentativas de aproximação com a polícia se frustram, vão se avolumando as dificuldades para novas experiências, principalmente quando a estas frustrações se somam más experiências com a atuação da polícia e má avaliação de seu trabalho. Estes obstáculos são ainda mais fortalecidos pela descontinuidade das políticas na área de segurança, pela falta de motivação e de incentivos para os policiais se comprometerem com a população e pela própria dificuldade em se inovar numa situação em que existem várias dificuldades objetivas.

Entre estas dificuldades objetivas estão as limitações da população e dos policiais. A população apresenta as seguintes fragilidades:

- **ameaça representada por criminosos** - a forte presença de criminosos em bairros e favelas é uma coação, manifesta ou latente, sobre os moradores, contra qualquer ação em prol de uma maior presença da polícia no local. Participantes afirmaram que moradores e comerciantes evitam fazer denúncias, registrar crimes e participar de reuniões sobre violência por temerem sofrer retaliações por parte de traficantes ou outros delinquentes que não desejam a presença policial na área, ou até mesmo pelo envolvimento dos próprio policiais com os criminosos da área.

- **situação irregular em favelas** – alguns participantes afirmaram que em áreas de ocupação, que não obtiveram regularização pela prefeitura, há uma tensão, pelo receio de que seja executada uma ação judicial para a retirada de famílias, a qual tende a dificultar a presença da polícia.

- **falta de recursos** – participantes mencionaram a falta de recursos em certos locais para que se viabilizem parcerias. Os recursos escassos vão desde a falta de espaço público para a

realização de atividades conjuntas, até a falta de dinheiro dos moradores para pagarem pelo transporte até o local onde estas atividades ocorrem.

Entre as limitações dos policiais estão:

- **necessidade de a polícia ultrapassar seus preconceitos** – necessidade da polícia mudar sua percepção e comportamento frente aos jovens e moradores de favela. Membros de entidades que atendem crianças e adolescentes afirmaram que a violência de policiais contra os adolescentes atrapalha a realização de um trabalho conjunto. Segundo estes participantes, alguns policiais são violentos com adolescentes em regime de liberdade assistida. Os maus tratos e humilhações, inclusive contra mães, levam os adolescentes a odiar qualquer policial.

- **necessidade de a polícia mudar sua imagem de “truculenta”** – A imagem violenta dos policiais faz com que moradores de favelas tenham medo de chamar a polícia por qualquer motivo, pois os policiais podem provocar tiroteios e/ou matar alguém, deixando as pessoas revoltadas.

Em geral, apesar das dificuldades e obstáculos, nota-se uma preocupação dos participantes em estabelecer maiores contatos com os policiais de suas regiões. Alguns afirmaram a necessidade de estabelecer relação entre polícia e sociedade por meio das entidades locais e Consegos e defenderam que, com o tempo, a má imagem que a população tem da polícia poderá mudar.

VI - A Polícia Ideal

Quando indagados sobre como seria o policiamento ideal, alguns participantes de vários grupos focais voltaram a mencionar o Policiamento Comunitário. Além disso, vários participantes defenderam, ao falarem sobre a situação de seus bairros, a existência de uma polícia mais próxima da comunidade e aberta a ouvir e ser parceira dos moradores dos bairros.

Apesar de apenas os participantes da região central terem tido experiência direta com um projeto amplo de Policiamento Comunitário, de maneira geral, os participantes apontam este tipo de policiamento como sendo o ideal. Isto porque fixa os policiais em uma determinada área, permitindo que se familiarizem com uma região, conheçam o dia a dia das pessoas que lá vivem, identifiquem quem lá trabalha ou por lá passa e, deste modo, estabeleçam uma relação mais estreita com essas pessoas. Em geral, os participantes demonstraram que desejam uma polícia visível, que caminhe nas ruas e que seja familiar, no sentido de ser conhecida. Isto implica o fim da rotatividade dos policiais o que permitiria um relacionamento diferente daquele que existe hoje. A população espera ver o policial como um parceiro, que ouve a comunidade e discute com os moradores os problemas e as sugestões que eles têm para melhorar a segurança da área. Essa interação entre comunidade e polícia na busca de soluções para a segurança na região seria o ponto central do modelo de polícia idealizado. Haveria uma efetiva participação da comunidade, que teria condição para expor seus temores, sugerir ações, ouvir e buscar em conjunto soluções. Para os participantes dos grupos, somente através da interação é que se construiria uma relação

de confiança com os policiais da sua região, de modo que esses mesmos policiais pudessem contar com a ajuda da comunidade em suas atividades.

Para alguns participantes, o elemento chave na implantação do policiamento ideal seria a qualidade do relacionamento entre polícia e comunidade enquanto, para outros, o ponto fundamental estaria nas mudanças na estrutura policial.

Um ponto unânime nas falas dos participantes é a importância de o policial ser conhecido pela comunidade onde atua. Conhecer os policiais significa estabelecer com eles relações de respeito mútuo: o morador é identificado como tal pelo policial e o policial é reconhecido pelo morador. A perda do anonimato dos dois lados resulta em maior segurança para ambos. O policial poderá contar com o apoio dos moradores – eles o conhecem e sabem que está lá para protegê-los, e os moradores podem contar com o policial para usar com segurança o espaço público. Estabelecendo-se um vínculo de confiança, para os participantes, o respeito e a cumplicidade entre polícia e comunidade se concretizam. Essa relação mais estreita é produzida através da participação de policiais e da comunidade nas discussões sobre a segurança e nos trabalhos desenvolvidos na comunidade. Vários participantes indicaram que há um desejo muito grande por parte da população de que ela tenha um canal de comunicação aberto, através do qual possa participar das decisões que envolvem a segurança das áreas onde vivem. Entre aqueles que tentaram participar, alguns tiveram sucesso e outros se frustraram na tentativa de desenvolver esta parceria. No entanto, mesmo para os últimos, apesar de todas as frustrações, uma política pública de segurança que tenha resultados positivos exige a participação da população envolvida. Os participantes demonstraram que não apenas querem uma polícia diferente, com qualidade e eficiência, mas também querem participar ativamente da formação deste novo trabalho de policiamento porque acreditam que, como pessoas que conhecem o local, podem colaborar para melhorá-lo.

Os participantes apontaram ainda que esperam ser bem tratados pela polícia, ou seja, que, quando procurarem a polícia, esperam receber um atendimento eficiente, dispensado por um profissional bem treinado, que saiba se comunicar e informar as pessoas. Além disso, o policial deveria tratar os outros de forma respeitosa e educada, independentemente da condição econômica, da idade ou sexo das pessoas às quais atende. O bom policial seria aquele que tem uma formação mais “humana”, que tem habilidade no trato com o público. Atuando de forma educada e respeitosa, estes policiais receberão o mesmo tratamento da população. Esse respeito mútuo é essencial, segundo os participantes, para que o policiamento apresente resultados positivos em uma determinada área.

Os participantes também afirmaram esperar que o policial cumpra a lei sem restrições. Isso significa que a polícia idealizada pela população é uma polícia cujos poderes são limitados legal e efetivamente, independentemente das circunstâncias envolvidas. Agindo dentro da lei, a polícia ideal é aquela que não se deixa corromper e deixa nitidamente claros os limites da legalidade e da ilegalidade, tratando as pessoas da maneira como deve ser, sem exageros ou arbitrariedades.

Confiar e respeitar a polícia, para os participantes, está intrinsecamente ligado à demonstração de compromisso com a honestidade e respeito às leis por parte dos policiais. Apesar da maioria dos participantes compartilhar essa idéia, alguns afirmaram que acham necessário ampliar o poder de ação da polícia e dar mais liberdade para que ela possa agir da maneira eficiente, sobretudo nos casos que envolvem jovens e adolescentes sem, contudo, violar as leis.

O policial ideal é também aquele que não discrimina as pessoas, presta os mesmos serviços, com a mesma qualidade, em bairros ricos ou pobres, e respeita todos os cidadãos, a revelia de condição sócio-econômica, etária, étnica ou de gênero.

O bom atendimento policial é aquele que é ágil e eficaz, com policiais aptos a resolver os problemas ou capacitados para orientar de forma correta a população. A atuação também não pode ser violenta. Ao policial cabe zelar pela segurança das pessoas e, para isso, ele deve saber administrar seu poder de forma que sua ação não seja arbitrária e acabe virando uma ameaça às pessoas. O policial, antes de tudo, deve passar a sensação de segurança e não de ameaça.

Uma polícia ideal teria a preocupação de informar a população sobre as especificidades de cada corporação, sobre o trabalho desenvolvido por cada uma das diferentes polícias (trabalho ostensivo, investigativo) para que as pessoas saibam melhor a quem recorrer quando precisarem de ajuda. Trata-se da necessidade de um trabalho educativo com a população. Também seria importante divulgar o que é essa nova polícia, quais os fundamentos do Policiamento Comunitário e o que a população pode esperar dos policiais encarregados da segurança em seus bairros.

VII – Os obstáculos ao policiamento ideal

Ao falarem sobre os obstáculos ao policiamento ideal, os participantes abordaram vários temas. Alguns que já estiveram presentes nos tópicos anteriores voltaram à discussão e outros temas surgiram nesta questão. Entre os temas citados, quase todos dizem respeito a questões estruturais que envolvem o trabalho policial. Os participantes, em geral, afirmaram que a efetiva realização de suas expectativas quanto ao policiamento ideal depende de alterações na estrutura e, sobretudo, no comando das polícias.

Os baixos salários foram citados como um obstáculo para mudanças. Se para boa parte dos participantes os baixos salários não justificam um mau trabalho ou uma dedicação precária, para outros participantes os baixos salários comprometem a qualidade do policiamento. Para estes, os valores pagos são muito baixos levando-se em consideração o stress e o alto risco da profissão, realizada em condições precárias. Isso levaria o profissional ao uso de drogas e álcool e, principalmente, à dedicação aos bicos que, muitas vezes, rendem mais do que o salário de policial e os predisporiam à corrupção.

Segundo os participantes, atualmente, a polícia deveria buscar identificar e separar os profissionais que tenham um perfil mais adequado às atividades de Policiamento Comunitário. Isso promoveria uma divisão dentro dos efetivos entre aqueles que podem e aqueles que não podem trabalhar com o público de uma maneira satisfatória.

Considerando que o policiamento desejado pelos participantes é o modelo de Policiamento Comunitário, percebe-se que há questões mais profundas na estrutura policial que impedem a efetivação desse modelo. Sobretudo na fala dos participantes da região central, fica clara a percepção da grande ambigüidade dentro da corporação policial em relação ao Policiamento Comunitário, o que pode impedir o sucesso de sua implementação. A decisão de optar por um ou outro modelo de policiamento não segue critérios objetivos e claros, mas parece obedecer mais a interesses particulares dos comandos e, portanto, transitórios. Dessa maneira, o Policiamento Comunitário é algo realizado por alguns indivíduos que lutam pela implementação do modelo e não como uma política clara da corporação. Enquanto alguns policiais defendem a implementação do Policiamento Comunitário e, para isso, enfrentam forte oposição de seus colegas de mesma patente e de seus superiores, sendo desconsiderados por eles, outros expressariam verdadeira raiva deste modelo, na percepção dos participantes. Por ser uma iniciativa de caráter mais individual pode ser facilmente desmantelada por causa das freqüentes mudanças e transferências de comando que são realizadas na Polícia Militar. Nesses casos, comandantes que realizam um bom trabalho e têm o apoio da comunidade são transferidos e substituídos por pessoas que podem trabalhar segundo um modelo de policiamento diferente do anterior e sem nenhum comprometimento com a continuidade do trabalho.

Outro obstáculo à implantação do Policiamento Comunitário está no fato de que a polícia e a comunidade têm expectativas diferentes frente ao Policiamento Comunitário. Segundo alguns participantes, enquanto para boa parte da polícia o Policiamento Comunitário significa registrar burocraticamente os lugares por onde o policial passou, para a comunidade representa a efetiva participação na vida da comunidade.

Para alguns participantes, a estabilidade proporcionada pelo fato de os policiais serem funcionários públicos e a ausência de canais efetivos para avaliação e punição dos maus profissionais são fortes barreiras à polícia ideal.

Outro empecilho para a efetivação de um bom policiamento, segundo alguns dos participantes, é a separação das polícias, que favorece um “jogo de empurra – empurra” por seu oposto e uma competição entre os policiais.

A estrutura militar também representa um obstáculo que impede o policial de trabalhar em parceria com a comunidade. Alguns participantes acreditam que a instituição policial, mais especificamente a Polícia Militar, preserva uma estrutura de tomada de decisão arcaica, não tendo conseguido se adaptar aos novos tempos de democracia. A estrutura atual não motivaria os policiais e, ao contrário, até aprofundaria desigualdades entre os seus membros, além de não ser eficaz em inibir a má conduta de policiais.

Além da estrutura da própria polícia, vários interesses corporativos se contrapõem a mudanças profundas na área do policiamento, até mesmo de setores externos ao governo, como os ligados aos serviços de segurança privada. Ademais, outros fatores inibiriam a inovação do policiamento, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que defenderia os “menores de

idade”, limitando a capacidade de agir dos policiais nos casos de delitos cometidos por crianças ou adolescentes, ou as entidades de defesa de Direitos Humanos, cuja interferência na ação policial faria com que a população e os “criminosos” perdessem o respeito e o medo pela polícia.

VIII – Propostas para o policiamento

Na parte final dos grupos focais e das oficinas, solicitou-se aos participantes que apresentassem propostas para mudanças no policiamento. As propostas apresentadas foram:

Melhorar a seleção e aperfeiçoar os profissionais

- **Melhorar a seleção dos candidatos à carreira de policial.** Seria muito comum que os jovens ingressem na carreira por acharem que o trabalho policial é um trabalho “fácil”, em que não há muitas “cobranças” e que permite obter recursos extras, como os “bicos”, por exemplo. Além disso, a dificuldade em conseguir outros tipos de emprego, estaria atraindo muitas pessoas para a carreira policial sem que estes tenham vocação. Portanto, é preciso definir um critério de seleção de modo a garantir a escolha de pessoas que tenham efetivamente vocação para a atividade policial.

- **Investir na educação e formação dos policiais.** De maneira geral, melhorar a instrução e a formação dos policiais - modernizando e adequando o treinamento às funções que os policiais devem exercer, melhorando a formação dada aos praças e fazendo um treinamento contínuo - é uma mudança chave, segundo os participantes, para a efetivação de um policiamento de qualidade. O treinamento que os policiais recebem atualmente não foi considerado compatível com o exercício do Policiamento Comunitário. Além disso, os participantes defenderam que o policial deve ter uma formação que permita atuação mais cordial com a comunidade e uma compreensão mais aprofundada da realidade social.

- **Investir na requalificação dos profissionais.** É necessário que seja realizada a atualização periódica dos policiais. Alguns participantes sugeriram que os policiais devam ser ensinados a conduzir os veículos de forma a preservar as viaturas. Outros defenderam que as universidades públicas ofereçam cursos aos policiais.

Melhorar as condições de trabalho e aumentar a motivação dos policiais

- **Os policiais devem ser lotados próximos ao seu local de moradia.** Os policiais deveriam morar junto aos locais em que trabalham, pois economizariam dinheiro de transporte e tempo, teriam menos desgaste com a locomoção e aumentariam sua produtividade por conhecerem aquela realidade e os problemas daquela população. Além disso, os policiais se envolveriam mais facilmente nos esforços na luta pela melhoria da região. Outros participantes demonstraram preocupação com o fato de o policial vir a atuar muito próximo de seu bairro, pois ele poderia ter medo de atuar contra os “bandidos”, já que estes facilmente saberiam onde ele mora. Entre estas

duas posições, é possível se alcançar um meio termo, que seria permitir aos policiais trabalhar em áreas o mais próximo e seguro possível de seus bairros.

- **Reduzir a vulnerabilidade dos policiais.** Seria necessário ter equipamentos mais adequados (armas mais avançadas tecnologicamente, coletes) assim como suprimentos para estes equipamentos, melhores condições das estruturas físicas (de conforto e de segurança) e treinamento. Além disso, nas oficinas, os participantes defenderam que é necessário se garantir que os criminosos violentos detidos pelos policiais permaneçam presos para que se garanta a sua segurança. Alguns participantes defenderam que os policiais tenham meios de transporte próprios que permitam a eles locomoverem com segurança entre suas residências e o seu local de trabalho.

- **Investimento em recursos humanos.** Incluiria uma boa assistência médica e desenvolvimento de trabalho médico-psicológico para os policiais que vivem sob constante stress, programas de recursos humanos para motivá-los investindo em re-qualificação profissional.

- **Aumento dos salários dos policiais.** Os salários deveriam garantir uma melhor condição de vida para os policiais e seus familiares.

- **Remuneração por produtividade.** Deveria haver uma administração nos moldes de uma empresa privada e que a remuneração seja calculada de acordo com a produtividade de cada um.

- **Premiar os bons policiais.** Os superiores deveriam valorizar mais o trabalho de seus inferiores, de maneira a contribuir para a melhoria da auto-estima do policial. Alguns afirmaram que deveria haver a premiação ao melhor policial do mês ou semestre. Alguns participantes defenderam que todos os Consegs premiem os bons policiais com diplomas de honra ao mérito de forma a dar maior estímulo ao bom trabalho.

- **Garantir melhor qualidade de vida ao policial e sua família.** Deveria haver escolas para atender os filhos dos policiais e que os policiais pratiquem esportes e tenham lazer de forma a que seja reduzido o estresse produzido pelo trabalho.

- **Acompanhamento dos ex-policiais.** Seria necessário ter algum tipo de auxílio social, jurídico e psicológico para os policiais que se “desligam” da corporação.

Garantir um melhor atendimento ao público e uma atuação mais eficiente

Polícia Militar

- **Desmilitarização da Polícia Militar.** A desmilitarização contribuiria para melhorar o relacionamento entre polícia e cidadão, e também para reduzir a violência dos policiais, acabar com a excessiva rigidez da hierarquia interna e modernizar as forças policiais.

- **Introduzir um novo modelo de uniforme à polícia.** Isto daria mais visibilidade às novas formas de policiamento.

- **Policimento preventivo.** O patrulhamento a pé deveria ser usado no policiamento ostensivo dos bairros.

Polícia Civil

- **Propostas para tornar mais eficiente o atendimento nas Delegacias de Polícia.** Seria urgente uma reforma das instalações, fornecimento de materiais e equipamentos modernos para melhorar o atendimento à população e tornar o trabalho mais eficiente. Várias propostas práticas foram feitas:

- 1) DPs funcionando ininterruptamente (24 horas);
- 2) pronto atendimento;
- 3) utilização de senhas para o atendimento;
- 4) criação de locais adequados para espera;
- 5) treinamento dos funcionários de forma a atender o público sem demora, “descaso” ou “frieza”;
- 6) atendimento deve ser sempre respeitoso, tanto em relação à comunidade, quanto em relação aos infratores;
- 7) “*delegacia participativa*” (em que os policiais se aproximem das comunidades e conheçam as “*culturas locais*”);
- 8) utilização da tecnologia, de programas de qualidade total, de forma a se alcançar o padrão de atendimento dos postos do Poupa Tempo¹⁴;
- 9) realização de triagem dos casos levados ao DP por uma equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos e advogados), a qual repassaria os crimes aos policiais e os “*casos civis*” aos “*serviços adequados*”;
- 10) ampla utilização da Internet para o registro de Boletins de Ocorrência (mesmo os casos mais graves poderiam ser registrados preliminarmente pela Internet, depois os policiais estabeleceriam contato com as pessoas que usaram o serviço *on-line* para confirmar o caso e esclarecer detalhes;
- 11) os Termos Circunstanciados, desde que os policiais militares sejam treinados, poderiam ter o valor de um “*boletim de ocorrência prévio*”;
- 12) distribuição de formulários em “*entidades de atendimento público para que a própria população preencha a ocorrência*”;
- 13) criação de um Disque BO: “*seria uma linha como as 0800 para que a população registre BOs*”, evitando delegacias congestionadas e espera por atendimento;
- 14) campanha para que a população registre ocorrências e, com isso, seja reduzida a “*cifra negra*”;
- 15) identificação de oficiais e funcionários em serviço nas delegacias, o que permitiria aos usuários identificarem os policiais;
- 16) policiais não ostentarem armas ao atender às pessoas;

¹⁴ “Os Postos Poupatempo reúnem vários órgãos e empresas prestadoras de serviços de natureza pública e serviços de apoio (fotocopiadora, foto, etc.) num único espaço, funcionando 12 horas consecutivas, de segunda a sexta- feira, e 6 horas aos sábados”. Ver em <http://www.poupatempo.sp.gov.br/>

17) reuniões dos Consegs poderiam ser nas próprias delegacias, para aproximar os cidadãos dos policiais;

18) aparência dos policiais deveria ser mais formal, os policiais não poderiam ser “confundidos com infratores”.

- **Delegacias especiais.** Delegacias especializadas no atendimento de casos envolvendo crianças e adolescentes e “*delegacia de pequenas causas para resolver ou formalizar denúncias de pequenos problemas*”.

- **Transformar todos os Distritos Policiais convencionais em Delegacia Comunitárias.** O modelo de Delegacia Comunitária, existente em áreas centrais, deve ser expandido para toda a cidade, permitindo esvaziar as carceragens e agregar todos os serviços policiais.

Polícia em geral

- **Aumento do efetivo.** Este é um meio de dar mais visibilidade dos policiais na rua, inibindo os delitos, além de melhorar a distribuição do trabalho.

- **Investir em equipamentos convencionais.** A aquisição de viaturas melhor equipadas, armamento, computadores é importante, assim como a disponibilidade de recursos no orçamento do Estado para se garantir a manutenção destes equipamentos.

- **Investir mais em equipamentos e técnicas modernas.** Foi destacada a necessidade de a polícia adotar técnicas mais modernas e mais adequadas às suas funções. Alguns defenderam a ampliação do uso de supedâneos como forma de dar maior visibilidade ao policiamento e de beneficiar regiões com grande conglomerado de transeuntes, tal como Praça da Sé, Ramos de Azevedo e República, aproximando o policial da comunidade no entorno. Outros participantes defenderam que os policiais usem armamentos não-letais. Seria necessário também investir na tecnologia e na logística das redes de comunicação que as polícias têm com a população.

- **Fim dos “bicos”.** Seria necessário “acabar” com os bicos realizados pelos policiais nas horas de folga.

- **Flexibilidade no atendimento a ocorrências.** A divisão administrativa das áreas de atuação dos policiais não é um problema, desde que não se impeça o atendimento de ocorrências que estejam fora da área regular de atuação. Os policiais que fizerem este atendimento não devem ser punidos.

- **Aparelhar os policiais de acordo com as características de cada região.** Os equipamentos, armas, fardas e viaturas devem estar de acordo com as necessidades de cada área da cidade.

- **Melhorar a distribuição do contingente policial.** A distribuição dos efetivos deveria ser mais eqüitativa e deveria haver uma localização mais racional dos Distritos Policiais, de forma a torná-los mais acessíveis aos moradores das respectivas jurisdições. Alguns participantes afirmaram que é necessário a construção de mais postos policiais para que haja mais equipes policiais nas comunidades.

- **Melhorar a relação entre a polícia e o judiciário.** A promoção de uma melhor relação entre estes órgãos permitiria que o trabalho policial de prevenção e de repressão se torne mais produtivo.

- **Unificação das polícias.** A unificação seria vital para se garantir um atendimento satisfatório e um policiamento de qualidade ao público, pois acabaria com o “*jogo de empurra – empurra*” e com a competição entre os policiais.

- **Reduzir a freqüência da troca de comandantes das forças policiais.** Isto permitiria uma continuidade nas ações coordenadas pelos comandantes em suas áreas de atuação.

- **Abrir espaço para os jovens policiais.** Deveria haver mais espaço para os jovens policiais trazerem “*novas idéias e tecnologias*”.

- **Reduzir o autoritarismo nos altos comandos das polícias.** Isto ocorrerá se houver:

1) exigência da União para que os valores autoritários sejam revistos;

2) treinamento para os altos comandos das polícias;

3) unificação das polícias;

4) conscientização dos governantes da importância desta mudança.

- **Necessidade de alternativas para se promover uma aproximação entre os policiais civis e militares.** Que sejam criadas vilas para os policiais, a partir de subsídios governamentais. Nestas vilas morariam policiais civis e militares, havendo espaços de recreação e escolas para seus filhos. Após sair da corporação, o policial, tendo economizado dinheiro, poderia comprar sua própria casa e sair da vila. Outros participantes alertaram para os riscos de “ações terroristas” contra estas vilas. De qualquer forma, foi consensual a necessidade de se encontrar formas de se romper com as disputas entre as polícias, aproximando os policiais e quebrando preconceitos, estigmas e barreiras.

- **Participação da comunidade na realização da segurança pública local.** A população dos bairros deveria participar do planejamento da segurança pública, de maneira efetiva, isto é, que as Polícias Militar e Civil estejam motivada para realizar a interação. A sociedade civil participaria também da escolha do Delegado Titular e do Comandante da Cia da Polícia Militar e realizaria aferições periódicas da qualidade dos serviços prestados pelas duas polícias.

Melhorar a relação entre polícia e comunidade

- **Maior presença policial.** Deveria haver uma presença mais constante de policiais em seus bairros. Essa maior presença também incluiria um policiamento mais freqüente, na forma de rondas escolares com o objetivo de inibir a ação de traficantes.

- **Adotar medidas mais eficientes nas ações em favelas.** A polícia deveria adotar estratégias mais eficientes quando atuar em áreas dominadas pelo tráfico de drogas. O policial amigo e próximo da população seria possível apenas em bairros onde não houvesse tal dominação. Para os moradores de áreas dominadas pelo crime, ficaria difícil participar em ações relativas à

segurança e à colaboração com o policiamento. Dessa forma, seria necessário criar novas formas de atuar nessas áreas, sem colocar em risco a integridade dos moradores e dos policiais.

- **Comprometimento com o Policiamento Comunitário.** Desde as instâncias superiores até os níveis mais inferiores, todos deveriam compartilhar da filosofia e do Policiamento Comunitário como uma estratégia de segurança pública, implantando-o na prática e não apenas como uma forma “*burocrática*” de participação na comunidade. Alguns participantes defenderam a participação de membros da comunidade no planejamento das ações de segurança local. Outros afirmaram que não basta um policiamento à pé ou de bicicleta, em que os policiais “*não param para dizer bom dia e estão sempre com a cara fechada*”. Segundo os participantes, os policiais devem “*aprender a ouvir*”.

- **A polícia deve estar mais próxima da comunidade.** A polícia deveria estar mais presente na vida da comunidade: trocando informações com a população, auxiliando em determinados trabalhos (como reconstrução de casas), fazendo palestras e participando de projetos de prevenção de violência em escolas, freqüentando as reuniões de Associações de Bairros e cursos para lideranças comunitárias, “*entendendo a cultura da comunidade*”, isto é, procurando entender como as pessoas vivem, como se comportam, o que fazem e pensam, e do que necessitam. Isto ajudaria também a reduzir a discriminação pelos policiais. Além disso, a polícia deveria explicar à população qual o seu papel e as atividades que desenvolve. Outros participantes defenderam que deve haver reuniões periódicas entre polícia e sociedade nas delegacias. A polícia deve ter um tratamento sempre respeitoso com a comunidade, evitando, como já ocorreu na favela Paraisópolis, ministrar aulas para crianças, num dia, e realizar blitz violenta, em outro. Pois isso gera revolta na comunidade e compromete o trabalho já realizado.

- **Tratamento igualitário e digno.** Os participantes defenderam que o tratamento dado pelos policiais às classes de maior poder aquisitivo seja o mesmo que destina às de menor renda, respeitando a dignidade das pessoas de menor poder aquisitivo.

- **Maior comunicação entre as polícias e entidades parceiras.** O estímulo à comunicação entre os policiais e as entidades que atuam na mesma área, pode aumentar e melhorar o contato entre eles. Isto resulta em ganhos para a população, que passa a conhecer melhor os policiais responsáveis por sua segurança e aumenta também a confiança da comunidade nestes agentes.

- **Eleição para escolha dos policiais.** As comunidades deveriam participar da escolha dos policiais que atuariam em seus bairros. Essa escolha poderia ficar a cargo da associação de moradores ou das lideranças locais.

- **A comunidade deve se aproximar mais da polícia.** Os policiais hoje estão muito desvalorizados e é necessário educar as pessoas para que aprendam a respeitar o trabalho policial. As lideranças locais devem se aproximar dos policiais, de modo a que estes passem a conhecer melhor as entidades, as lideranças e a região onde atuam.

- **Aumentar a participação da população na discussão sobre segurança.** Devem ser criados sistemas que permitam a participação da população, mas que resguardem a identidade dessas

pessoas, principalmente para as áreas onde há o domínio do tráfico. Outros participantes afirmaram que deve ser estimulada a formação de novos líderes.

- **Os Conseg têm importante papel a desempenhar.** O Conseg ajuda na integração entre polícia e sociedade e deve haver uma campanha de esclarecimento para que as pessoas conheçam estes Conselhos. Outros afirmaram que os Consegs devem ser fortalecidos, por meio de uma escolha transparente da Coordenadoria dos Consegs e a escolha de diretores absolutamente confiáveis aos olhos da população¹⁵. Os Consegs deveriam ter mais contato com as sub-prefeituras de forma a aumentar a participação da comunidade nas decisões públicas e estabelecer parcerias entre as lideranças e autoridades públicas.

Controle dos desvios na atuação de policiais

- **Reduzir a corrupção policial.** Seria necessário realizar um corte nas polícias, de forma a dispensar policiais corruptos, que atrapalham “o bom policial”. Um novo policiamento exigiria o afastamento daqueles que não se adaptam a uma nova realidade.

- **Limitar os poderes dos policiais.** Seria necessário impedir que os policiais tenham liberdade para agir de forma abusiva contra a população¹⁶.

- **Transparência no uso dos recursos pela polícia.** A população precisa conhecer como são usados os equipamentos pelos quais paga “se os equipamentos e os recursos são utilizados da forma mais proveitosa”.

- **Melhorar os mecanismos de controle.** As ouvidorias e as corregedorias deveriam atuar de maneira eficaz, realizando as investigações e alcançando a punição aos policiais que cometerem abusos ou que se envolverem em delitos. Participantes defenderam que se torne público os encaminhamentos dados aos casos de abuso policial e que seja sempre anexado aos prontuários policiais informações sobre sua conduta.

- **Garantir anonimato nas denúncias dos casos de abuso policial.** Há insegurança quanto à realização de denúncias contra policiais que cometam abuso. Há pessoas que sentem desconfiança quanto ao serviço do disque-denúncias. Segundo os participantes, esta garantia permitiria incentivar denúncias contra o abuso policial. Uma campanha de esclarecimentos e incentivo à utilização do disque-denúncia para os casos de violência policial poderá, possivelmente, contribuir para um maior controle sobre a corrupção e o abuso policial e, a médio e longo prazo, uma melhora da imagem da polícia.

¹⁵ Numa oficina, alguns participantes afirmaram que devem ser organizados jogos de futebol entre policiais e lideranças e realizadas visitas e palestras de policiais sobre cidadania em associações, entidades locais e em áreas que os policiais, geralmente, só atuam repressivamente. Outros participantes discordaram das propostas por temerem que por meio dos jogos de futebol, os policiais e as pessoas da comunidade confundam os papéis de cada um e se misture o público com o privado. Além disso, as visitas de policiais em determinadas áreas poderiam gerar insegurança para as lideranças de comunidade dominadas pelo crime organizado.

¹⁶ A defesa de uma polícia que use da violência física para coibir a criminalidade foi feita por apenas dois dos noventa e três participantes.

- **A população deve denunciar a violência policial.** Mesmo temendo represálias dos maus policiais, as pessoas devem denunciar os abusos. Alguns afirmaram que se deve utilizar o disque denúncia.

- **Identificação nos trajes policiais.** A identificação dos policiais seja mais explícita e não possa ser ocultada pelo policial infrator.

Envolver os governantes:

- **Aumentar a participação dos Secretários, das diversas áreas, nas discussões sobre segurança.** Os secretários de várias áreas, do Município e do Estado deveriam participar das discussões sobre segurança pública, de forma a melhorar a eficiência do policiamento: segurança envolve a “*questão social*” e isto exige que soluções sejam buscadas também neste aspecto, caso contrário, de nada adiantará melhorar a polícia.

- **Maior empenho dos governantes ao tratar das questões referentes à segurança pública.** É necessário que o governo se empenhe em efetivar as políticas públicas. Para que as mudanças se concretizem, alguns participantes afirmaram que as mudanças têm que começar dos governantes e dos mais altos escalões da polícia e enfrentar os vários interesses corporativos que se contrapõem a mudanças profundas na área do policiamento.

- **Cabe aos governos reestruturar os comandos da polícia.** É necessário reestruturar as polícias, através de mecanismos racionais que evitem as constantes trocas e substituições que impedem a continuidade dos trabalhos.

- **A sociedade deve atuar politicamente em prol de melhorias na área de segurança** - A escolha dos governantes é vista como elemento fundamental para se pensar em melhorias no policiamento. Há uma relação direta entre o papel do governador e o desempenho obtido na segurança pública e de como o voto, em última instância, pode mudar a direção das políticas públicas referentes à segurança. Seria importante que a população e as entidades se mobilizarem, produzirem documentos e encaminharem as reivindicações ao governador do Estado, entre outros mecanismos sociais de pressão, para fazer valer seus direitos. Outros defenderam que é necessário que haja mobilização popular para que o Congresso Nacional aprove maior verba para a área de segurança.

Aspectos Gerais

- **Controle do acesso e uso de armas.** A facilidade para comprar armas a preços baixos resulta em maior número de pessoas armadas e isto favorece aumento da violência urbana.

- **Maior controle sobre as fronteiras.** É necessário haver maior combate ao contrabando de drogas e armas para se reduzir a criminalidade. Armas ilegais circulam livremente graças à falta de controle sobre armas que entram no país, tornando acessível aos delinqüentes um grande número de armas muito mais poderosas que aquelas usadas pelas agências policiais.

- **Mudança da legislação processual penal.** O esforço dos policiais é frustrado, quando um infrator ou suspeito é solto, dias após ser detido. Com isso, o policial ficaria desmotivado.
- **Reestruturação do sistema penal.** Isto seria necessário para garantir que as pessoas condenadas cumpram suas penas e que os presos possam ser recuperados presos. Participantes propuseram uma maior utilização de penas alternativas.
- **Reforma da FEBEM.** Uma transformação da FEBEM poderia evitar que infratores se tornem criminosos contumazes, dando ainda mais trabalho para os policiais no futuro.
- **Integração entre os diferentes setores.** A integração de diferentes setores e trabalhos no sentido da prevenção da violência, como ONGs, instituições do terceiro setor, projetos em escolas, projetos de profissionalização, de apoio emocional e psicológico, de cultura e lazer. As entidades deveriam também estar unidas, fazendo propostas conjuntas ao Estado.
- **Desenvolvimento de ações sociais.** É necessário efetivar programas de intervenção, principalmente junto a crianças de rua e ou famílias que dependem do dinheiro ganho pelas crianças nas ruas para sobreviver.
- **Questões urbanas.** A melhoria de serviços públicos, como a iluminação das vias, ampliação das redes de água e esgoto, transporte público e a urbanização de áreas de favela, pode colaborar para a prevenção da violência.
- **Inclusão da discussão sobre segurança nos planos diretores urbanos.** A questão da segurança pública deveria estar incluída nas discussões sobre os planos diretores urbanos dos municípios. Os participantes entendem que esses planos têm grande impacto na segurança da cidade.
- **Outras propostas:** Criação de um cargo de interlocutor entre a área de segurança pública e as comunidades (encarregado unicamente de atender os grupos organizados), maior divulgação dos telefones de disque-denúncia, atualização do Código Penal.
- **Revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente e das leis de proteção aos Direitos Humanos.** Esta foi uma posição minoritária, que destoou da maioria do grupo, alguns participantes afirmaram que, em certos casos a atuação da polícia poderia ser melhorada se fossem reduzidas as garantias dadas aos jovens e adolescentes (porque os policiais não sabem como tratar com esse público), revisão de legislação pertinente a Direitos Humanos e restrição à atuação de entidades que militam nessa área.

IX - Considerações finais

Os 15 grupos focais e as 3 oficinas com moradores, trabalhadores e comerciantes das regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro da cidade permitiram reunir uma diversidade de relatos, opiniões e sugestões sobre o policiamento na cidade. Foi possível identificar qual é a situação da segurança pública de diferentes bairros da cidade, a atuação dos órgãos policiais e as experiências de parceria entre os órgãos policiais e a comunidade, da perspectiva dos moradores. Os participantes apresentaram suas visões do que seria o policiamento ideal, arrolaram quais

seriam as dificuldades e apresentaram propostas para melhorar o policiamento público, dentro de suas expectativas. Vários dos problemas apontados podem ser solucionados, na percepção deles, através do Policiamento Comunitário, o qual é identificado à aproximação entre cidadãos e policiais.

É importante ressaltar que os participantes não só contribuíram com a quantidade de informações mas também com a qualidade. A apresentação de análises detalhadas e bem estruturadas das situações de seus bairros e da cidade, de maneira geral, demonstra que a população não apenas deseja mudanças na forma do policiamento mas já está, há algum tempo, dedicando-se ao trabalho de reflexão e de debate sobre uma nova polícia.